

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI  
CURSO DE GEOGRAFIA – LICENCIATURA

CHARLENE TEIXEIRA NUNES

**ANÁLISE SOCIOESPACIAL DAS ÁREAS DE OCUPAÇÃO  
NO ENTORNO DA ANTIGA CAPATAZIA DO DAER  
NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE-RS**

RIO GRANDE  
2019

CHARLENE TEIXEIRA NUNES\*

**ANÁLISE SÓCIO-ESPACIAL DAS ÁREAS DE OCUPAÇÃO  
NO ENTORNO DA CAPATAZIA DO DAER  
NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE-RS.**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande, para obtenção do título de licenciada em Geografia. Orientador: Professor Solismar Fraga Martins\*\*.

RIO GRANDE

2019

---

\*Discente do curso de graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Contato: nunescharlene777@gmail.com

\*\* Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Contato: solismarfm@terra.com.br

Banca examinadora

---

Orientador: Prof. Dr. Solismar Fraga Martins

Universidade Federal do Rio Grande

---

Prof<sup>a</sup>. Msc. Elisangela de Felipe Rodrigues

Universidade Federal do Rio Grande

---

Prof<sup>a</sup>. Msc. Maristel Coelho San Martin

Universidade Federal do Rio Grande

Rio Grande, \_\_\_\_\_ de novembro de 2019.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer e dedicar esta monografia, primeiramente a Deus, por me conceder uma reserva de força insuspeita que manifesta-se toda vez que a vida me põe a prova. Ao meu companheiro Wagner, por ter me transmitido uma positividade inabalável naqueles momentos em que nada mais parecia dar certo, por me fazer acreditar, enfrentar e não desistir, pela sua compreensão e amor comigo, minha eterna admiração e respeito. Agradeço as minhas filhas Yasmin e Sarah, flores do meu jardim que em suas meninices me convidavam a um modo mais mágico e mais leve de perceber a vida e o surgimento dos problemas. Agradeço a mulher que me trouxe a este mundo complexo, minha mãe, dona Jandira, creio que no lugar que estejas, quem sabe no tempo-espaço entre as estrelas, ou bem mais perto, descansando em meu próprio peito, terás o orgulho tão sonhado com esta minha vitória, que em parte é sua, pela garra e coragem de me ensinar o caminho estreito do bem e daquilo que é correto. Agradeço ao meu orientador professor Solismar, por compartilhar comigo seu talento e sabedoria, confiando nas minhas ideias e em meu trabalho, por ser um profissional admirável do qual tive o orgulho de ser orientanda. Agradeço ao Cledir da SMHRF ao Carlinhos e Claiton da SMF, e ao Daniel da SMCP, profissionais que colaboraram com os dados de desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço, a minha dinda Tânia, pelo carinho, pelas boas comidas, por me ensinar a dançar, a amar a natureza, por levantar meu astral nos tempos de dúvida e se manter conectada a mim. Agradeço ao Cássio, colega irmão de caminhada na graduação da Geografia, pela amizade, lealdade, por atenuar o peso de tantas tarefas árduas com seu jeito irreverente, pelos doces e salgados compartilhados que deram mais sabor aos meus dias. Agradeço a amiga Alessandra, por seu companheirismo, alegria, conversas que alimentaram ainda mais minha fé, por vibrar junto comigo nas pequenas e grandes vitórias, pelas orações e amor. Agradeço a minha sogra Eda, pela amizade, pelas longas conversas e por me inspirar com sua serenidade, sempre dedicando zelo a nossa família. Agradeço ao meu irmão Charles por me inspirar através de sua força, pelos ensinamentos, pelas atividades ao ar livre, e troca de tantas ideias sobre os mistérios deste mundo. Agradeço as minhas companheiras caninas, Pandora e Bonita pelas alegrias compartilhadas, entre uma pesquisa e outra neste fim de semestre, aos meus felinos Nilo e Mercedita, que com sua graciosidade embelezaram meus dias, me trazendo afeto e aconchego. Agradeço enfim a todos aqueles que em sua passagem pela minha vida, contribuíram ao seu modo, direta ou indiretamente para minha evolução pessoal e acadêmica.

## RESUMO

A presente pesquisa visa a análise do processo de ocupações no entorno da Vila do Daer ocorrido a partir da década de 1980, inicialmente por funcionários da empresa, e depois, por outros ocupantes a partir de 2009. A conjuntura destes assentamentos remonta um momento de grave especulação imobiliária em decorrência da emancipação das atividades portuárias na cidade do Rio Grande. Constam aqui registrados aspectos de importância sobre a existência destas ocupações em seu contexto espacial, temporal, político e econômico. Verificou-se a existência de um processo de reintegração de posse, sobre uma porção da área de estudo e conferido junto ao poder público municipal as possibilidades para a regularização fundiária da área. A proximidade com o objeto de pesquisa possibilitou relatar que a organização coletiva desta população frente aos conflitos, demonstra ser decisiva sobre sua estrutura e desenvolvimento.

**Palavras-chaves:** Geografia urbana. Moradia informal. Espaço urbano. Direito a moradia. Autogestão.

## ABSTRACT

The present research intends to analysis of the process of occupations around Vila do Daer, which occurred from the 1980s, initially by company employees, and later by other occupants from 2009. The conjuncture of these settlements dates back to a moment of serious real estate speculation in emancipation of port activities in the city of Rio Grande. Recorded here are important aspects of the existence of these occupations in their spatial, temporal, political and economic context. It was verified the existence of a process of repossession, over a portion of the study area and conferred with the municipal power the possibilities for the land regularization of the area. The proximity to the research object, made it possible to report that the collective organization of this population, demonstrates decisive about its own structure and development.

**Key words:** Urban geography. Informal housing. Urban space. Right to housing. Self management.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1:</b> Planta do loteamento na data de sua aprovação. ....	25
<b>FIGURA 2:</b> Localização atual do loteamento Vila Maria José, aprovado em 1958. ....	26
<b>FIGURA 3:</b> Vila Maria José de acordo com sua delimitação por CEP .....	28
<b>FIGURA 4:</b> Referências da localidade de ocupação. ....	29
<b>FIGURA 5:</b> Delimitação espacial da pesquisa (2019). ....	30
<b>FIGURA 6:</b> Delimitação dos terrenos ocupados e os proprietários legais. ....	31
<b>FIGURA 7:</b> Configuração Inicial da Ocupação junto a Rua Júlio Ferreira da Silva .....	32
<b>FIGURA 8:</b> Máquinas sucateadas da autarquia destacadas por linhas em amarelo, alocadas fora sob terreno da prefeitura .....	33
<b>FIGURA 9:</b> Primeiras residências de funcionários do Daer ainda hoje presentes no local e sua proximidade com a capatazia da autarquia e a escola Mario Quintana .....	34
<b>FIGURA 10:</b> Mapa de regularização fundiária para a área no entorno da Vila Daer. ....	35
<b>FIGURA 11:</b> Protesto de operários em frente ao Polo Naval de Rio Grande - RS .....	37
<b>FIGURA 12:</b> Desempregados do polo naval reivindicam vagas de trabalho .....	38
<b>FIGURA 13:</b> Situação da rua Dois em período chuvoso. ....	39
<b>FIGURA 14:</b> Rua Dois em período de drenagem da água da chuva. Atoleiros barrocos. ....	40
<b>FIGURA 15:</b> Aterros e cascalhos comprados pela população para mitigar o problema. ....	40
<b>FIGURA 16:</b> Melhoria da rua através da compra coletiva de terra .....	41
<b>FIGURA 17:</b> Morador espalhando aterro, rua Dois. ....	42
<b>FIGURA 18:</b> Crianças da ocupação na principal área de lazer, a praça em frente à escola Mario Quintana .....	42
<b>FIGURA 19:</b> Tonéis de diesel enferrujados ao sul do terreno. ....	43
<b>FIGURA 20:</b> Paisagem dos fundos das residências da rua Dois. ....	43

<b>FIGURA 21:</b> Residências de ocupação da rua Dois, (área de moradia 1): aproximação de temporal.....	44
<b>FIGURA 22:</b> Forte chuva sobre as construções de madeira: área de moradia 1 e 2.....	44
<b>FIGURA 23:</b> Ligação da luz para as famílias da área de moradia 2.....	45
<b>FIGURA 24:</b> Serviço de nivelamento feito na rua Dois pela SMSU.....	46
<b>FIGURA 25:</b> Situação atual da rua Dois.....	46
<b>FIGURA 26:</b> Áreas citadas e não citadas no processo de reintegração de posse.....	47

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1:</b> Ano de início de moradia no local. ....	53
<b>GRÁFICO 2:</b> Modo de construção da residência. ....	53
<b>GRÁFICO 3:</b> Aumento do número de residentes. ....	54
<b>GRÁFICO 4:</b> Escolaridade do(a) responsável pela casa .....	54
<b>GRÁFICO 5:</b> Quantidade de crianças por residência. ....	54
<b>GRÁFICO 6:</b> Motivações para a ocupação do local. ....	55
<b>GRÁFICO 7:</b> Relação com o mercado de trabalho no ato da ocupação. ....	55
<b>GRÁFICO 8:</b> Possibilidade financeira atual de obter imóvel no preço proposto pelo mercado formal .....	56
<b>GRÁFICO 9:</b> Solicitação para abandonar a residência. ....	56
<b>GRÁFICO 10:</b> Tipo de moradia antes da atual ocupação. ....	56
<b>GRÁFICO 11:</b> Situação geral de bem estar a partir da ocupação. ....	57
<b>GRÁFICO 12:</b> Contribuição financeira para infraestrutura da rua .....	57
<b>GRÁFICO 13:</b> Conhecimento sobre futuro empreendimento para a área .....	58
<b>GRÁFICO 14:</b> Avaliação sobre o serviço de saúde da área .....	58
<b>GRÁFICO 15:</b> Avaliação sobre o nível de violência da área .....	58

## **LISTA DE SIGLAS**

Associação Atlética Banco do Brasil – AABB

Código de Endereçamento Postal – CEP

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA

Fundação Estadual de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul – FEEERS

Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis – ICEAC

Organização das Nações Unidas – ONU

Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD

RS – Rio Grande do Sul

Secretaria Municipal da Fazenda – SMF

Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento – SMCP

Secretária Municipal de Habitação e Regularização Fundiária - SMHRF

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

Universidade Federal do Rio Grande – FURG

## ANEXO

Questionário das entrevistas de campo.....	64
--	----

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>15</b>
<b>3. A VILA MARIA JOSÉ EM CONTEXTO .....</b>	<b>25</b>
3.1 Vila Maria José: gênese .....	25
<b>4. AS OCUPAÇÕES NO ENTORNO DA ÁREA DO DAER, COMO OBJETO CENTRAL DE OBSERVAÇÃO E ANÁLISE.....</b>	<b>30</b>
4.1 Delimitação espacial da área de pesquisa e propriedade legal dos terrenos antes da organização de ocupação .....	30
4.2 As primeiras residências do recorte espacial de pesquisa.....	33
4.3 Aspecto sobre a distribuição atual das residências através de estudos topográficos .....	35
4.4 As ocupações e sua relação com o polo naval; contexto de ascensão e crise econômica na cidade .....	36
4.5 O movimento de ocupação e sua infraestrutura habitacional através de fotografias: gênese e tempo atual. ....	39
<b>5. REINTEGRAÇÃO DE POSSE E SITUAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL .....</b>	<b>47</b>
5.1 Possibilidades de regularização fundiária .....	48
5.2 Função social antes e depois das ocupações .....	49
<b>6. QUEM É A COMUNIDADE HABITANTE DESTA OCUPAÇÃO? UMA ANÁLISE SOBRE ASPECTOS SOCIO ECONÔMICOS DE SEUS INTEGRANTES .....</b>	<b>52</b>
6.1 Metodologia utilizada na entrevista .....	52
6.2 Gráficos representativos sobre as questões obtidas .....	53
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>59</b>
<b>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>61</b>
<b>9. Anexo .....</b>	<b>64</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O ato de morar mantém-se inalterado como condição indissociável a continuidade da vida. A assustadora impossibilidade de habitar através de meios legais, faz com que grupos inteiros ou mesmo indivíduos independentes, sintam a necessidade de lutar por este direito. Havendo privação do direito constitucional à moradia, grupos excluídos, encontram na ocupação de terrenos uma das únicas possibilidades visíveis para enfrentamento da realidade estabelecida. Esta população movida pelo instinto natural de não se entregar a desesperança, decide por um novo recomeço, organizando-se em moradias de improviso e sob terrenos de ocupação, que repentinamente passam a transformar a paisagem.

O presente trabalho trata de analisar esta dinâmica social de (re)produção do espaço urbano, enquanto espaço de atuação dos agentes sociais excluídos, em seu movimento de ocupação e luta por moradia no extremo sul do Rio Grande do Sul através de um bairro do município do Rio Grande denominado de Vila Maria José, mais especificamente no entorno da área conhecida como Vila DAER – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem. A pesquisa refinará dados sobre origem, contexto espacial e desenvolvimento sócio econômico da população ocupante.

Como toda dinâmica socioespacial reconheço que compreender o estabelecimento processual de quase 80 famílias alocadas na área em questão seja um intento de complexidade, deste modo, não será possível estipular sentenças reducionistas quanto a realidade das formulações aqui em exposição. De outro modo, questiona-se sobre quais são os seus elementos condicionantes e estruturantes, pois ao analisar o processo temporal entre espaço e sociedade ampliamos a predição sobre bases, que fundamente ordens de maior justiça social.

A Vila Maria José teve seu loteamento aprovado pela Prefeitura Municipal do Rio Grande no ano de 1959, e ainda que a ocupação como tema central de pesquisa não se encontre sobre a delimitação inicial do loteamento mencionado, há um forte sentimento de pertencimento popular com a localidade, em decorrência da denominação atribuída de acordo com o código postal para área, daí a necessidade de torná-la visível em pesquisa.

Atualmente a localidade da Vila Maria José integra o 1º distrito da cidade, situando-se entre as localidades denominadas Jardim do Sol e Aeroporto/Humaitá. Até o presente momento foram verificadas 76 moradias de ocupação, verificadas através de levantamento

topográfico realizado por profissionais<sup>1</sup> da área da Geografia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Estas moradias serviram como objeto de análise sócio espacial em seu processo de ocupação, sendo que destas, houve o alcance de um total de 16 famílias contribuintes para os dados aqui em análise, coletados em oportunidade de entrevista.

A estagnação/diminuição econômica no município a partir de 2013, com uma sequência de demissões em massa e o escândalo de corrupção envolvendo a Petrobrás foram fatores de incidência sobre variadas camadas sociais; com força bruta principal, sobre a renda dos que estão às margens da sociedade capitalista riograndina.

Esta crise financeira, para além de estatística de estudo, foi uma realidade degradante para mim e minha família em 2013, a partir de uma demissão e um desemprego intransponível abandonamos uma situação de moradia alocada, para integrar o mencionado coletivo de ocupação; aqui analisado enquanto objeto de estudo. Como motivo de muito orgulho, um ano após estabelecimento na ocupação, tornei-me acadêmica de licenciatura do curso de Geografia da FURG, doravante, tanto pelo teor crítico da ciência geográfica, quanto pela convivência com excelentes professores (as) surgia em mim progressivamente a necessidade de intervir de maneira até então não esclarecida, com a comunidade do bairro Vila Maria José.

Entendo que a relação entre pesquisadora e objeto de pesquisa devam conter aproximação e distanciamento, tanto quanto destes movimentos dependam a completude idônea em cada umas das fases de qualquer análise. Por isto, na condição de pesquisadora participante da dinâmica própria ao objeto de estudo, interessou-me que a fidelidade aos dados obtidos fossem valores norteadores nesta pesquisa. Ainda que esta não represente metodologicamente uma pesquisa participante. A nítida vantagem de proximidade maximizou a visão sobre o campo de trabalho, e possibilitou uma leitura mais íntegra da realidade aqui em exposição.

Quanto ao objeto de estudo foram investigadas a origem das terras antes da ocupação, através da leitura de documentos municipais e jurídicos obtidos através da SMF, da SMHRF, do registro de imóveis, e observação de imagens aéreas. Os resultados obtidos foram ilustrados para melhor representação visual. Houve também um levantamento sobre as primeiras residências na área, para esta fase, as buscas realizadas deram se através de histórico de imagens disponível no Google Earth bem como através de relatos de moradores antigos. Estes, devidamente relacionados e em coesão, serviram para representação dos dados obtidos através

---

<sup>1</sup> Éder Bayer Maier, Ronaldo Ritter e Walnir Marques em trabalho solicitado pela SMHRF.

de algumas figuras. A paisagem local foi transformada, tornando relevante inteirar sobre uma relação dos avanços estruturais ocorridos no recorte espacial de pesquisa; sejam os promovidos pelos protagonistas deste movimento de ocupação, seja pela ação da própria Prefeitura Municipal. Ainda com objetivo de documentar a situação atual dos diversos núcleos familiares e seus integrantes foram realizadas entrevistas, que coletaram dados referentes a motivações e que impulsionaram o ato da ocupação, a escolaridade, a situação econômica familiar no tempo inicial da ocupação e atual, bem como o número de filhos presentes em cada residência.

O impulso inicial para a realização deste trabalho vem da necessidade de retratar sobre a historicidade deste movimento de ocupação, disto, a tarefa de tornar perceptível em análise quais são os aspectos econômicos, sociais, espaciais e políticos existentes nesta conjectura. Somente conhecendo os elementos integrantes desta realidade será possível personalizar os recursos que melhor atenderão as suas verdadeiras necessidades.

No eixo da discussão, observamos uma contraposição de forças, em uma perspectiva dialética com enfoque especial sobre os grupos sociais excluídos e os proprietários fundiários, aqui representados pelo poder municipal/estatal.

Ainda que o surgimento das ocupações, seja para muitos um (des)importante fato consumado, e ainda que o tema seja debatido em incontáveis estudos acadêmicos que prestam se a sua observância, é pertinente lembrar que toda pesquisa dedicada a análise dos fenômenos sociais carrega em si certo ineditismo, visto os resultados dos levantamentos que revelam a originalidade e singularidade de tantas populações segregadas, não antes observadas ou ouvidas com a devida atenção; é sob o intuito de aplacar o entrave da desinformação como um estruturante para a invisibilidade, que afirma se a relevância social do presente estudo.

O referencial teórico conta com o embasamento de Rodrigues; Maricato; Martins; Corrêa; Harvey; Demo entre outros, que com suas singulares perspectivas contribuíram para a discussão da temática aqui evidenciada.

O recorte espacial de trabalho em questão é alvo de interesse entre diferentes classes sociais, que possuem não somente diferentes níveis de influência econômica, como também variada intenção quanto ao uso da terra. Nesta batalha de interesses, grupos sociais excluídos, por não possuir a arma monetária de combate, tornam se comumente vencidos; é preciso compreender em definitivo que a necessidade vital por habitação sobrepõe a necessidade de investir, para ascender o status social daqueles que já se encontram em plena ascensão. Este é um primeiro ato a ser determinado quando se pretende frear a bruta desigualdade urbano social.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

As relações espaciais das regiões brasileiras são marcadas pela singularidade das políticas nelas expressa, possuindo como fator comum históricas fraturas sociais que abrem ainda mais o abismo da desigualdade no país. A dificultosa participação das classes populares no mercado legal de habitação tem inserido as reivindicações pelo direito à moradia em um nível cada vez mais organizado e legítimo diante de toda sociedade, ainda assim, a magnitude desta problemática mantém-se vertiginosa no tempo e espaço. “*Conservar os pobres na ilegalidade quando ela mesma se apropriou ilegalmente da maior parte do patrimônio em terras públicas parece ser o ponto de honra da elite brasileira.*” (MARICATO, 2011, p.96)

Ao longo de vidas inteiras o progresso para a elevação do bem-estar social não passa de uma pífia promessa, ao passo que para os ricos, ele é praticamente instantâneo. Morar é sinônimo de abrigo, descanso e intimidade, e por este motivo, representa uma busca primal da racionalidade humana. A terra, aprioristicamente, chão que nos sustenta e qual nos locomovemos, tal como a água ou o ar integram um conjunto de elementos naturais de vital necessidade coletiva para a continuação de nossas espécies. Porém, sob a égide do desenvolvimento capitalista, e no Brasil a partir do ano de 1850 com o estabelecimento da lei de terras, o solo passa a ser incorporado como produto no mercado de compra e venda, o que conseqüentemente permitiu espaço ao surgimento da propriedade privada da terra.

É possível conferir o caráter monopolístico da lei de terras, desde sua gênese, como constatamos através de sua redação instituinte: “[...] *a terra será vendida no mercado e terá um preço, que deverá ser inacessível aos trabalhadores, para que estes se constituam efetivamente em mão-de-obra para a lavoura.*” (RODRIGUES, 2001, p.18)

Para Maricato (2008) o crescimento urbano ocorre sempre as custas de um invariável processo de expropriação e exclusão social.

As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram [...] obras de saneamento básico para eliminação das epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade. (MARICATO, 2008, p.17)

Para Harvey (1985), os ricos facilmente escapam as consequências do processo de monopólio sobre a terra, assim observa “*que o rico pode dominar o espaço, enquanto o pobre está aprisionado nele.*” (HARVEY, 1985, p. 146)

De acordo com estudos de Rodrigues (2001) é pertinente observar que o preço estabelecido para os produtos de mercado e conseqüentemente seu valor são regulados pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção completa. Deste modo, a terra, em sui generis “*é uma mercadoria sem valor, no sentido de que o seu preço não é definido pelo trabalho em sua produção, mas pelo estatuto jurídico da propriedade da terra, pela capacidade de pagar de seus compradores.*” (RODRIGUES, 2001, p. 17). Incorporada pelo mercado imobiliário com a proteção do estado, a terra constantemente autovaloriza-se, sem que nela pese o fato incontestável de que “*só o trabalho cria valor*”. (RODRIGUES, 2001, p.16).

A dinâmica de reprodução do espaço urbano é um diálogo constante e em diferentes níveis, entre forma espacial e o processo social (Harvey 1985). A compreensão sobre a interpenetração destes processos possibilitará maximizar a amplitude de benefícios sociais, visto que, concedem habilidade para antever os rumos da história, possibilitando maior ajustamento para desfechos de maior equidade social. Harvey (1985), pondera que planejar a cidade requer intersecção entre os processos sociais e as formas espaciais, visto a interdependência destes elementos. A proposta é a utilidade desta intersecção diante do contexto de planejamento das manchas urbanas e que altera a noção quanto ao papel atribuído ao planejador, e até mesmo sobre o quadro de prioridades políticas neste sistema.

De acordo com um panorama de urbanização elaborado pelo IBGE, a população brasileira passou de 32 milhões na década de 1960 para o número de 190 milhões, verificados no ano de 2010. Deste total populacional, 84,72% da população brasileira se encontram nas áreas urbanas, apenas 15,28 vivem em áreas rurais, de acordo com a pesquisa PNAD de 2015.

Ao analisar o processo de urbanização brasileira temos o crescimento populacional acentuado, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, onde motivados pela promessa industrial de ascensão, famílias inteiras migravam das zonas rurais para o centro das cidades. Tal êxodo, levou a problemática habitacional a níveis críticos, tendo-se em conta o desregramento das instalações para moradia nas vilas operárias. Justaposto a este, outros problemas vertiam da incapacidade de ordenamento sobre uso e ocupação do solo, tais como a assepsia dos agrupamentos habitacionais, atendimento à saúde, acesso à educação escolar, segurança e mesmo recursos de entretenimento. Tenha-se em mente que pensar o espaço da

cidade impõe também o planejamento para acesso democrática para recursos de lazer; uma utopia para a realidade da época.

Percebemos nisto que, desde tempos longínquos até o presente momento, o vínculo empregatício da população proletária não é uma prerrogativa para o alcance da tão sonhada melhoria de suas condições sociais. Tanto quanto o modo de produção capitalista continue a existir é tolo esperar por uma solução isolada da questão de moradia ou de qualquer outra questão social que afeta o destino dos trabalhadores. (Harvey, 1985).

A industrialização baseada em baixos salários determinou muito do ambiente a ser construído. Ao lado do grande contingente de trabalhadores que permaneceu na informalidade, os operários empregados do setor industrial não tiveram seus salários regulados pelas necessidades de sua reprodução, com a inclusão dos gastos com moradia, por exemplo. A cidade é ilegal e precária é um subproduto dessa complexidade verificada no mercado de trabalho e da forma como se processou a industrialização. (MARICATO, 2008, p.41)

“Planejamento é competência do estado e este é a expressão das classes dominantes daí a impossibilidade do planejamento democrático é igualitário” (Lefebvre, apud, Maricato, 2008, p. 48) Em contraponto, Demo (1994) anuncia o planejamento enquanto poderosa fermenta de transformação de políticas sociais serem a base de combate às desigualdades sociais, mas reitera ser indispensável nesta produção, organizações esclarecidas e estratégicas, para que através deste rigor as políticas sociais possam de fato ganhar validade em sentido prático, e assim recriar condições que verdadeiramente alterem o rumo dos processos históricos e seu impacto social na posteridade. Ainda que “expressão das classes dominantes”, o Estado atualmente responde com intensidade quanto à questão que tangencia o planejamento urbano e habitacional. Para ilustrar a possibilidade de sua participação, trazemos as atribuições estatais, conforme constam em estudos de (A. SAMSON apud CORRÊA, 2004, p.25):

O estado dispõe de um conjunto de instrumentos que pode empregar em relação ao espaço urbano. São os seguintes, entre outros: (a) direito de desapropriação e precedência na compra de terras; (b) regulamentação do uso do solo; (c) controle e limitação dos preços de terras; (d) limitação da superfície da terra de que cada um pode se apropriar; (e) impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização; (f) taxação de terrenos livres, levando a uma utilização mais completa do espaço urbano; [...] (h) investimento público na produção do espaço, através de obras de drenagem, desmontes, aterros e implantação de infra estrutura; (i) organização de mecanismos de crédito à habitação; [...]

Em face de tamanha magnitude e influência, o Estado pode e deve ser urgentemente repensado, cada vez mais cientificamente sob outras formas de organização política que contemple uma política distributiva eficiente para equalização da justiça social.

Com a programação de intervir sobre a onda da desigualdade social que assolava o país, diante de toda comunidade internacional, o Brasil no ano de 1948 resolveu selar compromisso diante às deliberações anunciadas na declaração dos direitos humanos; formulada pela ONU. Este passo ainda que bastante simbólico em termos práticos rumo a justiça social, representou um marco histórico para os envolvidos na luta por habitação, pois o direito à moradia, incluía se na redação de seu artigo XXV: *“Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, **habitação**, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis”*. (Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, grifo nosso)

Em esfera nacional a Constituição Federal de 1988 mencionava o direito à moradia e o cumprimento da função social da terra, no entanto, somente no ano de 2000 o direito à habitação finalmente se estabelece, com maior oficialidade, enquanto direito pleno de todo cidadão brasileiro, através de uma emenda da Constituição Federal de nº 26.

Outros documentos, tais como o decreto possibilitado através do PIDESC de 1966 e promulgado sob decreto constitucional no ano de 1992, reafirmam esta mesma posição de direito à moradia e a cidade. Diante das afirmativas, contemplamos que o direito social à moradia está consagrado sob valorosa legislação da qual o Brasil é signatário, todavia, a realidade atual de gestão sobre os complexos urbanos, difere substancialmente, do que celebram seus documentos legislativos. Até porque *“levar a presença do Estado aos bairros ilegais implica em reforma do arcabouço institucional, incluindo a redefinição de atribuições operacionais na tentativa de romper com a distância entre os gabinetes e a realidade”* (MARICATO, 2008, p.75)

Com efeito, a espacialidade das relações urbanas reflete a face desta própria sociedade, onde sucessivamente os interesses dos agentes de elevado status social predominam sobre os interesses de uma massa de necessitados, por conseguinte, *“política social continua sendo desafio fundamental e contraditório da sociedade e do sistema produtivo.”* (DEMO, 1994, p,9) pois *“o estado não controla a totalidade do uso e da ocupação do solo e nem oferece alternativas habitacionais legais”* (MARICATO, 2011, p. 179)

Côrrea (2004), apresenta como agentes de magnitude no âmbito de consumo e reprodução do espaço urbano: os proprietários fundiários; os proprietários dos meios e produção; o Estado; os promotores imobiliários; e os grupos sociais excluídos. Já para Harvey (1985, p.145)

As operações de todos esses diversos grupos no mercado de moradia não podem ser facilmente agrupadas em uma estrutura compreensível de análise. O que é valor de uso para um, é valor de troca para outro, e cada um concebe o valor de uso diferencialmente. A mesma casa pode assumir significado diferente, dependendo das relações sociais que os indivíduos, as organizações e as instituições expressam nela. (HARVEY, 1985, p. 145)

Grupos sociais excluídos são igualmente agentes consumidores e reprodutores de espaço, ainda que não participem, em igualdade dos direitos de partilha sobre uso e ocupação do solo urbano, prevista constitucionalmente.

Para Rodrigues (2001), o Estado é um agente central na dinâmica da distribuição de infraestrutura pública para o espaço urbano. Estes recursos são essenciais para a qualidade de vida da população, o que inclui: tratamento de água; luz; saneamento básico; estradas; transporte coletivo; e áreas de lazer, entre outros. Atenta-se ao fato de que *“quando o estado assume a provisão de um destes valores de uso, está canalizando, através de impostos e taxas parte do trabalho global da sociedade.”* (RODRIGUES, 2001 p. 20) A atuação do governo compõe um campo de complexidades, como nos lembra Rodrigues (2001), em que os interesses políticos e econômicos são importantes variáveis na construção do espaço urbano, pois é através desta atuação que ocorre o movimento de diferenciação de valorização entre áreas com ou sem infraestrutura pública. Desta distribuição não homogênea de infraestrutura pública no espaço é que ocorre a *“produção social da cidade”* (RODRIGUES, 2001 p. 20)

Conforme Harvey (1985), há que se obter plena consciência sobre os mecanismos geradores de desigualdade, pois somente através do controle e domínio destes mecanismos que conseguiremos uma nova redistribuição de renda mais justa na sociedade.

Segundo Rodrigues (2001), a propagação da ideia de fartura e aumento do número de empregos pelas mídias sociais vendem a ideia de bem estar e luxo, através de todo um conjunto de tipos e marcas de produtos, e vendem inclusive a ideia de responsabilidade do próprio indivíduo em *“vencer”* o que obviamente é um artifício utilizado para manter o trabalhador pobre, em constante exploração; esperançoso e passivo em relação aos meios propostos pela

sociedade para que alcance através do modo institucionalmente aceito, a devida vitória. “*Combater o analfabetismo urbanístico significa elucidar estratégia das forças selvagens que fazem do solo urbano e dos orçamentos públicos pasto para seus interesses*” (MARICATO, 2011, p.45)

De acordo com o que expressa Rodrigues (2001), a elevação do custeio para residir, desde o solo a ser ocupado até o levante das edificações que é permitida e induzida pela força do Estado, é um ato que extrapola as condições monetárias da grande maioria da população. Com certeza para o assalariado a busca por habitação não caracteriza nem de longe uma briga justa. Note se que, mesmo “*um metro quadrado de qualquer terreno em qualquer localização é superior ao valor do salário mínimo mensal*” (RODRIGUES, 2001 p.15).

Os que não podem pagar, vivem em arremedos de cidade, nas extensas e sujas ‘periferias’ ou nas áreas centrais ditas ‘deterioradas’. Nestes arremedos de cidades há inclusive, aqueles que não moram, vivem em baixo de pontes, viadutos, em praças, em albergues, não tem um teto fixo [...] Nestes arremedos de cidade, mergulham se num turbilhão de miséria, de sujeira, o que torna cada dia mais difícil ter força para resistir a estas cidades e aos efeitos da miséria. (RODRIGUES, 2001, p.12 grifo do autor)

Assim sendo, verifica-se que o fenômeno social das ocupações quanto a “*ilegalidade não é resultado de uma atitude de confrontação em relação à legislação, mas sim resultado da falta de opções.*” (MARICATO, 2003, p.79). Ao passo que sofisticadas mansões e resorts são construídos com precisão e tecnologia em tempo recorde, por outro lado arrastam-se pelo tempo a evolução de casebres ilegais que surgem arranjados e erguidos comumente nos finais de semana, em tempo que o trabalhador assalariado disporia para descansar.

A autoconstrução é executada nos períodos que deveriam ser destinados ao descanso do trabalhador, para repor as energias, mas, na verdade, “*descansa se trabalhando, carregando pedras*”. Este é o lema do auto-construtor por vários anos.” (RODRIGUES, 2001, p. 31, grifo do autor)

O trabalhador participa duplamente com sua força de trabalho, inicialmente através do sistema de produção capitalista, em segundo gerando estrutura para futura especulação imobiliária. Além desta nítida expropriação da riqueza popular, a estes trabalhadores nem mesmo cabe poder de compra para participação no mercado legal de moradias. Meio a isto “*a constatação de que mais da metade das moradias do país foram produzidas fora dos sistemas*

*modernos de produção vem, portanto, desmontar essas construções ideológicas e fetichizadas de “planejamento urbano, arquitetura e urbanismo” (MARICATO, 2008, p.133).*

Além disto, temos ainda inúmeros moradores de rua que nenhuma estrutura habitacional constrói, e por isto, pendem em busca de abrigo para o espaço abaixo de marquises, que se ressalte, vem sendo cada vez mais alterados com instalação de barras de ferro e objetos cortantes, para negar a permanência desta população. Rodrigues (2001) destaca que toda essa variabilidade colossal delata mais do que variabilidade sobre natureza de materiais, localização e tamanho da obra ou tempo de construção, elas anunciam a própria desigualdade e segregação social incutida e a olho nu no arcabouço da própria cidade. *“Os pobres, por isso, exercem uma pressão social que pode variar em sua forma, desde mera presença sentida, através de forte exibição de todas aquelas patologias sociais associadas com a pobreza, até plena rebelião desencadeada.” (HARVEY, 1985, p. 148)*

Harvey (1980), refere-se à diferenciação de renda real como aquela atribuída diferencialmente aos espaços de habitação, de acordo com a quantidade de amenidades urbanas que nele se encontram, o que eleva ou diminuiu o preço para a condição de vida no local, quando não, torna-se fruto de uma progressiva especulação imobiliária.

Para exemplificar a ação destes agentes imobiliários, Rodrigues (2001) salienta que quando na posse de extensas áreas a serem loteadas, os promotores inicialmente vendem os terrenos de qualidade inferior no quesito localização e recursos, só então, posteriormente, os demais terrenos entram a disposição no mercado. A especulação segue a ideia de que o simples preenchimento dos primeiros lotes vazios valoriza o preço da terra que está ao entorno, também porque não raro, instala-se processualmente uma básica e inicial infraestrutura, que favorece esta tal valorização dos terrenos com proximidade. Os compradores dos terrenos vendidos em uma segunda etapa da estratégia especulativa pagarão um valor bem mais elevado em comparação aqueles que chegaram ao local com pouca ou nenhuma assistência infra estrutural.

Estranha contribuição para a produção social da cidade: os proprietários que deixam a terra vazia, [...] apropriam se de uma renda produzida socialmente. Por outro lado, [...] aqueles que tem baixos salários – compram lotes/casas em áreas distantes, onde o preço é mais baixo. Gastam [...] de duas a três horas em deslocamento. [...] Constroem suas casas, em geral, nos fins-de-semana, organizam se para obter serviços públicos necessários a sobrevivência [...] através do seu trabalho, conseguem obter “melhorias” para estes bairros, aumentando ao mesmo tempo o preço da terra que, beneficiará os proprietários de terras vazias.” (RODRIGUES, 2001, p. 22, grifo do autor)

Diante esta conjuntura, “*áreas residenciais segregadas representam papel ponderável no processo de produção, no bojo do qual se reproduzem as diversas classes sociais e suas frações: os bairros são os locais de reprodução dos diversos grupos sociais*” (CORRÊA, 2004, p.9). Note se que como contextualiza Corrêa (2004), a segregação residencial pode ser encarada como processo de reprodução social, e nesse sentido, o espaço é atuante como elemento condicionador sobre o *status quo* da sociedade.

Assim, as fábricas e escritórios são locais de produção das classes sociais, ao passo que residências e bairros são locais para sua reprodução. Conclui se nisto, que a segregação residencial não é apenas o meio pela qual as classes dominantes obtêm privilégios, mas também meio de controle e reprodução social que projeta sua continuidade para o futuro.

Tamanha estratégia reflete se cotidianamente em processo. “*A evidência insofismável é de que as cidades continuam piorando, e a questão fundiária, que ocupa a centralidade das propostas da Reforma Urbana e do Direito à Cidade há mais de meio século, não avançou de forma significativa*” (MARICATO, 2008, p. 28).

O desafiador objetivo de pensar e realizar bases para uma cidade mais justa, ainda que enquadrada sob o ditame capitalista, pode residir no empenho inicial em crer na sua realização, acrescenta-se a esta a contribuição de Harvey (1985) que afirma ser preciso enaltecer no campo científico de conhecimento direcionado a identidade dos atores e natureza dos processos que movem e paralisam as engrenagens distributivas de renda.

Enquanto o déficit habitacional atinge quase 1/3 de toda população brasileira, sete milhões e duzentos mil imóveis seguem sem o devido cumprimento de sua função social. Estas terras improdutivas, por não atenderem as demandas de interesse social coletivo ou ainda de bem-estar coletivo, acabam por adquirir como ressalta Rodrigues (2001), um “*caráter de parasitismo*”.

Como enfrentamento a esta realidade a função social da terra é uma política urbana de grande importância, seu cumprimento viabiliza a desapropriação de grandes porções de terra em estado de ociosidade, que se convertem em espaço sobre os quais os interesses públicos são garantidos acima dos interesses privados, seja para habitação ou mesmo para a produção de renda de pequenos e médios agricultores. O implemento da função social é um elemento imprescindível de regulação do uso do solo, ainda que faltam juízes que reconheçam esta importante ferramenta de organização social, como nos relata Maricato (2015).

Rodrigues (2001), ressalta também a urbanização compulsória como instrumento legal, previsto em constituição, podendo ser útil quando em execução por amenizar o agravo dos vazios urbanos. Quando em operação, a prefeitura define um tempo limite para que os proprietários fundiários construam sobre o local até então ocioso. Em contrapartida o não cumprimento do prazo pode acarretar cobranças maiores como o IPTU progressivo no tempo.

Inúmeros são os vazios urbanos nacionais que poderiam servir ao implemento de políticas públicas pró acesso a moradia. Diante da crise habitacional, inúmeros espaços passíveis de habitação coexistem com uma massa de necessitados, carentes de lugar para ocupar. Como bem lembra Rodrigues (2001), a manutenção deste paradoxo serve aos interesses daqueles que detém a propriedade de terra e captam da população solvável ao atender de seus interesses monetários através de sua especulação e venda.

A exemplo áreas com amenidades urbanas que produzem bem-estar social, tal como natureza, mar, lagoa, etc. são acolhedoras ao início de urbanização e geralmente recebem com prioridade investimento público de infraestrutura, para que se valorize a localidade como moradia de *status*, neste caso tendo como clientela as camadas sociais de maior poder aquisitivo, o custo da terra sobe e gera ótimos rendimentos aos proprietários, que nestas ocasiões agem até mesmo como promotores imobiliários, loteando, construindo e vendendo casa de alto padrão de luxo. (Corrêa, 2004).

A existência das ocupações não é de todo mal ao Estado, pois integram uma situação onde *“a ilegalidade é tolerada porque é válvula de escape para um mercado fundiário altamente especulativo”* (MARICATO, 2008, p.83). Enquanto a livre circulação de investimentos e transações de mercado, cada vez mais convergem as áreas centrais da cidade, são justamente nas áreas mais desvalorizadas e distantes que os *“grupos sociais excluídos”* (CORRÊA, 2004) conseguem levar adiante o seu movimento de ocupação como meio de acesso a moradia.

Nas ocupações grupos sociais excluídos compõem uma equação social degradante, compram os integrantes do movimento, insumos e o lote para erguimento da moradia/abrigo, neste primeiro ato pagando um valor bastante inferior mesmo quando comparado as habitações regulares mais baratas, porém, a partir deste contexto locacional geralmente impróprio para a moradia, passam por graves problemas sociais que acumulam-se, lhes cobrando alto preço retirado de seu direito de acesso a serviços e bens públicos, tais como saúde, água, luz, educação e lazer, sem mencionar a precária condição inicial das moradias, que comumente não conferem

proteção básica as intempéries da natureza. Ou seja, *ocorre que “ao circunscrever a vida diária das pessoas ao ato de morar, se aniquilam em termos de planejamento as demais atividades que fazem parte do viver na cidade”* (MARTINS, 2016, p. 220).

No âmago deste drama social, um destaque singular, Rodrigues (2001) retoma que mesmo diante tantas desventuras e lutas, dentro dos comuns mutirões que surgem para o levante das habitações, reside um aspecto forte a contrariar a lógica do sistema capitalista, o trabalho cooperativo de autogestão entre pessoas que tantas vezes, mal se conhecem.

Para Corrêa (2004), algumas destas áreas passam paulatinamente a condição de bairro popular. Tal mudança, deve se tanto ao apoio do Estado, que por diversos motivos destina recursos urbanísticos quanto a auto-gestão de seus moradores que trabalham constantemente com o intento de elevar sua melhoria de vida no local.

Para discutir sobre urbanismo e a justiça social é importante que as formas espaciais, sejam vistas, não como meros *“objetos inanimados dentro dos quais o processo social se desenvolve, mas como coisas que contém os processos sociais, do mesmo modo que os processos sociais são espaciais.”* (HARVEY, 1980, p.2). Dito isto, é mais razoável pensar a cidade como um sistema dinâmico no qual a forma espacial e o processo social estão em contínua interação.

Diante disso, o espaço urbano constitui-se um campo deveras complexo, palco de omissões, conflitos e invisibilidades; seus agentes sociais são cognoscíveis, porém, as relações que emergem deste espaço são diversas, mutáveis, acumulativas, dependentes de fatores políticos, econômicos, sociais e climáticos e devem ser encarados a luz de suas possibilidades estruturantes, para que assim, encontre-se uma conjectura de maior equilíbrio da distribuição da riqueza produzida socialmente. Se a sociedade que temos não é fruto direto de condições naturais ou ocasionais, mas sim de decisões políticas que as construíram, não há motivos para crer, que o sistema atual, por ser nitidamente insustentável, precise chegar ao ponto de sucumbir a si mesmo.

Frente as discussões aqui expostas, se crê que seja com realidade, mas também com utopia que devemos encarar o devir. Se queremos mesmo um outro mundo, passível de maior equidade, não podemos abandonar a afirmativa interna de que o futuro é problemático, mas não inexorável. FREIRE (2003)



A seguir, na figura dois, visualizamos onde no tempo presente, localizam se as delimitações iniciais para este loteamento.

**FIGURA 2:** Localização atual do loteamento Vila Maria José, aprovado em 1958



Fonte: Google Earth. Adaptado por Charlene Teixeira Nunes

Quando comparamos a figura um e figura dois, percebemos a descaracterização das vias de acesso e do tamanho inicial dos lotes. O prosseguimento a norte da rua Nestor Pedroso, na figura dois, encontra se ocupada, diferentemente de sua organização inicial.

Consta também em memorial descritivo as seguintes características na área do loteamento Vila Maria José, no momento de sua aprovação no ano de 1959: terreno de planície, com campos de gramado baixo e sem desníveis expressivos; despossuídos em sua delimitação de quaisquer cursos de água ou mesmo lagoas. Não foi constatado o conhecimento sobre a presença de materiais com riqueza mineral, valiosos ou semi-valiosos, tanto no solo como no subsolo. Tratando se de um terreno com medidas inferiores a três hectares, não foram reservadas áreas para praças ou jardins, bem como áreas que se destinassem a utilidade pública. Consta também em seu registro de memorial que os terrenos, aprovados em 1959, já possuíam proprietários no primeiro registro de que se tem conhecimento desde o ano de 1931.

No tempo presente, como alerta o secretário da SMHRF, não podemos conhecer a Vila Maria José através de delimitações da sua área que a caracterizem enquanto bairro. Pois não há, até o momento instrumento técnico que lhes tenham demarcado oficialmente, há de outro modo, a denominação para fins de planejamento urbano no município, conhecidas como “unidades de planejamento”. As unidades de planejamento foram criadas a partir do implemento da lei de nº 6.585 vinculadas as disposições feitas em documento para o plano diretor participativo do ano de 2008. As funções simultâneas da UP de acordo com o documento são: I - Servir como base de informações estatísticas; II - Qualificar um determinado espaço urbano, segundo os critérios de: a) população; b) predominância de usos; c) equipamentos urbanos; d) relacionamento com o meio ambiente.

Após aprovação do loteamento ocorrida no ano de 1959 surgiram novas leis de regulação para a organização urbana municipal, estas transformações legislativas vieram a inculcar maior responsabilidade sobre o comprometimento tributário de suas áreas regularizadas bem como uma postura de maior compromisso quanto as reivindicações estabelecidas pela Lei Federal de nº 6.766 do ano de 1979 que previa uma organização detalhada para o parcelamento e uso do solo urbano. Todos os loteamentos aprovados antes desta data seguiam orientações urbanísticas municipais.

A partir de sua apresentação inicial, ressaltamos que os arredores da Vila Maria José foram sendo paulatinamente loteados. Logo, as localidades dos arredores estabelecidas receberam diferentes denominações, tais como Humaitá, Vila São Jorge, Paraiso, Vila trevo, Vila Farinha, em sua maioria aprovadas entre os anos de 1970 e 1980, de acordo com relatos feitos por profissional da área vinculado junto à Secretaria Municipal da Fazenda.

As ocupações enquanto objeto central de pesquisa, estão especificamente alocadas sobre terrenos popularmente conhecidos como Vila DAER, um espaço relativamente pequeno, medindo não mais que 30 mil metros quadrados. Atentamos que, as ocupações no entorno da Vila DAER, não se encontram em específico, dentro do polígono aprovado pela prefeitura como loteamento Vila Maria José no ano de 1959, no entanto tornou-se nítido tanto pela vivência a quase seis anos no local em meio a relação com outros moradores, bem como, através das declarações em entrevistas, que há, inegavelmente, um sentimento de pertencimento a Vila Maria José e não ao Humaitá ou a qualquer outra localidade popularmente conhecida; este fato pode ser explicado, em grande parte, através da influência que exerce a denominação do código

de endereçamento postal para a área. A seguir uma imagem das delimitações da Vila Maria José de acordo com esta configuração supracitada.

**FIGURA 3:** Vila Maria José de acordo com sua delimitação por CEP



Fonte: Google Earth. Adaptado por Charlene Teixeira Nunes

Deste modo, optou por utilizar as demarcações utilizadas pelo código de endereçamento postal, com a finalidade de contextualizar inicialmente as ocupações quanto ao seu sentido de pertencimento popular e mesmo para referenciar o recorte espacial de pesquisa.

A configuração por CEP, permite relacionar este processo de reprodução do espaço urbano com importantes pontos fixos no espaço, mais popularmente reconhecíveis em função de seu amplo raio de distância, quando comparado as próprias delimitações do recorte espacial de pesquisa, ou seja, da Vila DAER.

Ainda assim, não deixaremos de tratar no desenvolvimento deste trabalho sobre como as ocupações, propriamente ditas, enquadram se sob outras diferentes configurações municipais administrativas de importância para compreender quando necessário o objetivo aqui proposto.

A Vila Maria José nas delimitações acima mencionadas apresenta-se quanto aos seus atributos paisagísticos e naturais adornada em partes de seu centro, a noroeste e a sudoeste pela presença de vastos campos baixos que estendem se permitindo visibilidade até o fluxo de veículos da ERS - 392; estrada de acesso ao bairro vizinho Parque Marinha, bem como a outros dois distritos do município, Quinta e Povo Novo. Já, em sua porção mais a leste, o bairro faz vizinhança, com a natureza das porções de águas, que achegam se da lagoa dos patos e contornam a margem leste da ERS - 734, e em seguimento mais ao sul partem em direção a lagoa verde, local que caracteriza um espaço de transição já bastante antropizado, conhecido como Saco da Mangueira.

Quanto aos pontos que referenciam sua localização no espaço municipal, temos o Aeroporto de Rio Grande, a Universidade Federal do Rio Grande e a Associação Atlética Banco do Brasil, Sport Clube Rio Grande, Polícia Rodoviária Estadual e o entroncamento do trevo que dá acesso entre Rio Grande, Barra, Cassino e Pelotas, como referenciados em imagem.

**FIGURA 4:** Referências da localidade de ocupação



Fonte: Google Earth. Adaptado pela autora.

#### **4. AS OCUPAÇÕES NO ENTORNO DA ÁREA DO DAER, COMO OBJETO CENTRAL DE OBSERVAÇÃO E ANÁLISE**

Neste capítulo daremos seguimento ao que foi inicialmente contextualizado ao trazer como proposta central de estudo as áreas de ocupação conhecidas como Vila Daer, assim chamadas popularmente devido a proximidade dos assentamentos com a capatazia do DAER. Aqui compreenderemos melhor sobre como ocorreu o processo de (re)produção espacial na mencionada área, analisando dados sobre a transcorrência de seu desenvolvimento até o tempo atual bem como aspectos socioeconômicos da população assentada neste espaço de tempo.

##### **4.1 Delimitação espacial da área de pesquisa e propriedade legal dos terrenos antes da organização de ocupação**

O espaço de pesquisa possui uma área total aproximada de 32.000 m<sup>2</sup> e delimita se a norte e a oeste com um terreno amplo de propriedade privada (aeroporto), ao sul com um terreno cedido a APAE pela Prefeitura Municipal do Rio Grande, e a leste com dois amplos terrenos particulares e ainda o loteamento Paraíso (antigo loteamento Farias).

**FIGURA 5:** Delimitação espacial da pesquisa (2019)

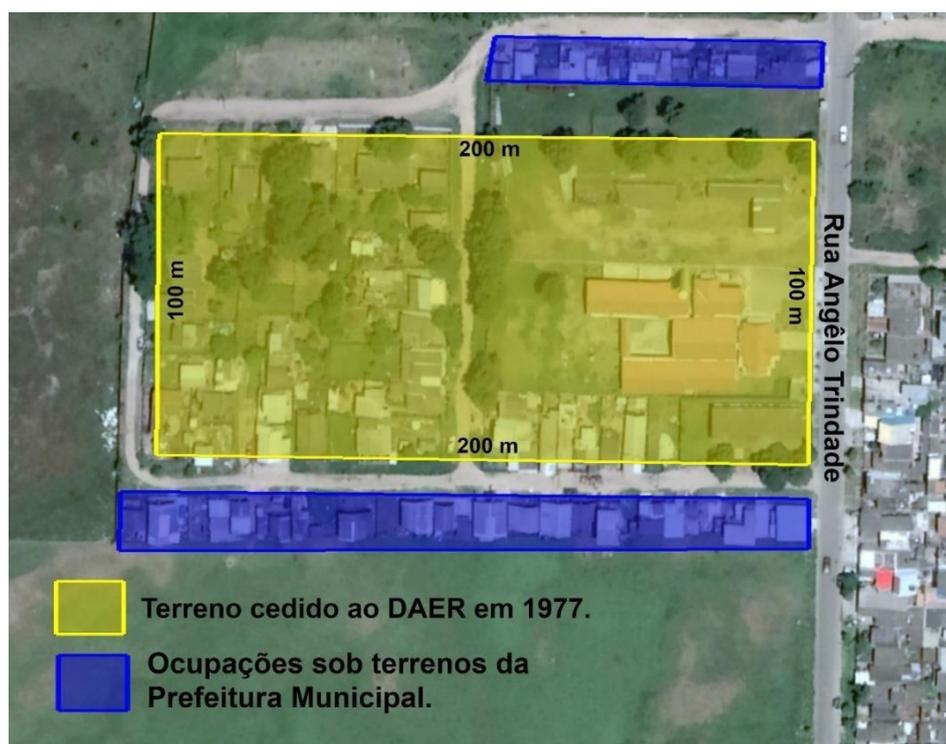


Fonte: Google Earth. Adaptado por Charlene Teixeira Nunes

A construção das moradias de ocupação encontra-se acima de terras da Prefeitura Municipal do Rio Grande, que foram cedidas ao Daer no ano de 1977 para o desenvolvimento das atividades da autarquia. Esta autorização ao Daer não permitiu obviamente que este se beneficiasse como proprietário legal direto sob posse da terra. Visto que através de buscas junto a secretária da fazenda e registro de imóveis não consta a autarquia um registro de escritura para propriedade do terreno, de outra forma, somente lhe garante a estadia sob as terras, nas condições mencionadas através da lei de nº 3234 de 28 de dezembro de 1977, onde destacamos no artigo 3º da mesma, a redação que estabelece: “tão logo cessem as atividades do DAER, a referida área reverterá, automaticamente, ao pleno domínio público municipal.”

Ainda de acordo com o documento, a área cedida possui 20.000 metros quadrados como consta na seguinte configuração, que expressa a diferenciação da produção do espaço urbano, no que tange a propriedade legal a partir de onde se verificam os terrenos ocupados.

**FIGURA 6:** Delimitação dos terrenos ocupados e os proprietários legais



Fonte: Google Earth. Adaptado pela autora.

A partir das imagens percebemos que as residências destacadas em polígonos azuis, posicionam se sob terras de propriedade da Prefeitura Municipal do Rio Grande, enquanto as

inseridas dentro do polígono amarelo, estão também sobre terras da Prefeitura Municipal, mas como anteriormente citado, correspondem as que foram cedidas na década de 1970 ao Daer.

**FIGURA 7:** Configuração Inicial da Ocupação junto a Rua Júlio Ferreira da Silva



Fonte: Google Earth. Adaptado pela autora.

Tendo testemunhado o processo de ocupação da rua Júlio Ferreira da Silva, destaca-se uma configuração diferente da que observamos hoje. A partir do final do ano de 2014 a instalação das primeiras moradias mantinha um terreno bem mais amplo, que alongava se em sua porção dos fundos, como está demarcado pela linha azul no mapa elaborado na figura sete, no entanto, importante registrar que, após chamada da polícia por representante dos Daer foi solicitado que as cercas em sua porção aos fundos regressem alguns metros em direção a rua Júlio Ferreira da Silva, encurtando assim os lotes das ocupações. Os argumentos utilizados foram de que regredindo o tamanho das construções, estas deixariam de estar acima de terrenos cedidos ao DAER. Assim foi feito pelos moradores, diante da presença policial.

Como podemos observar no mapa os terrenos não estavam sob terrenos cedidos ao Daer, e sim sobre terrenos da prefeitura, ainda assim pelo desconhecimento dos limites legais, os ocupantes recuaram suas construções. Até o momento não está claro porque houve essa solicitação para recuo das casas, por parte do DAER, visto que, estas encontravam se fora de

sua propriedade cedida. No entanto, em pouco tempo depois, o DAER, resolveu retirar os entulhos de sua porção mais ao sul do terreno para depositá-los costeando os fundos das mencionadas residências. Talvez na expectativa, de que com os aparelhos ali alocados, não houvesse outra tentativa, que viesse aumentar os terrenos na porção dos fundos, por parte dos ocupantes. Como vemos a seguir em imagens:

**FIGURA 8:** Máquinas sucateadas da autarquia destacadas por linhas em amarelo, alocadas fora sob terreno da prefeitura



Fonte: Google Earth. Adaptado pela autora.

#### 4.2 As primeiras residências do recorte espacial de pesquisa

No que foi apurado, em um tempo que antecede ao processo de ocupação, já havia neste espaço algumas casas inicialmente erguidas e que correspondem até o tempo presente momento, localizadas no mesmo lugar, como propriedade de funcionários atualmente aposentados pela empresa da autarquia DAER.

Entre as décadas de 1960 e 1970 era comum por parte das prefeituras municipais no Rio Grande do Sul ceder terrenos para instalações de capatazias do Daer. Justamente a partir destas cedências é que o DAER de nosso município recebeu a concessão de um terreno na Vila Maria José, transferindo assim de imediato a sede de sua capatazia, que até então funcionava na Avenida Itália para o novo local. Ao transferir a sede da empresa, da Avenida Itália para a

Vila Maria José, transferiram-se também processualmente as residências familiares dos funcionários do DAER, que anteriormente encontravam-se contíguas a antiga capatazia.

Com a concessão da empresa autárquica do DAER as casas começaram a ser construídas a partir de 1983, seis anos após a cedência do novo terreno por parte da prefeitura, ocorrido em 1977. Através de relato de um antigo morador da área, registramos que a primeira casa se destinou ao funcionário encarregado da empresa na época, já as demais construções que viriam a seguir atenderam a demanda por moradia de pelo menos seis funcionários da empresa.

As residências apresentam relação de conveniência quanto a proximidade que mantém com o local de trabalho destes funcionários, não distando mais do que cem metros da entrada de cada uma das residências. Como podemos conferir em registro fotográfico aéreo, que destaca esta configuração.

**FIGURA 9:** Primeiras residências de funcionários do Daer ainda hoje presentes no local e sua proximidade com a capatazia da autarquia e a escola Mario Quintana



Fonte: Google Earth. Adaptado por Charlene Teixeira Nunes

Processualmente ocorreu ocupação de outras partes do terreno cedido ao DAER, por parte de outros familiares, tais como filhos e netos que se assentaram ao local e criaram outras unidades familiares residenciais. Algumas destas residências que apresentam parentesco com os antigos funcionários são bastante recentes, outras, estão alocadas na área, já desde o início

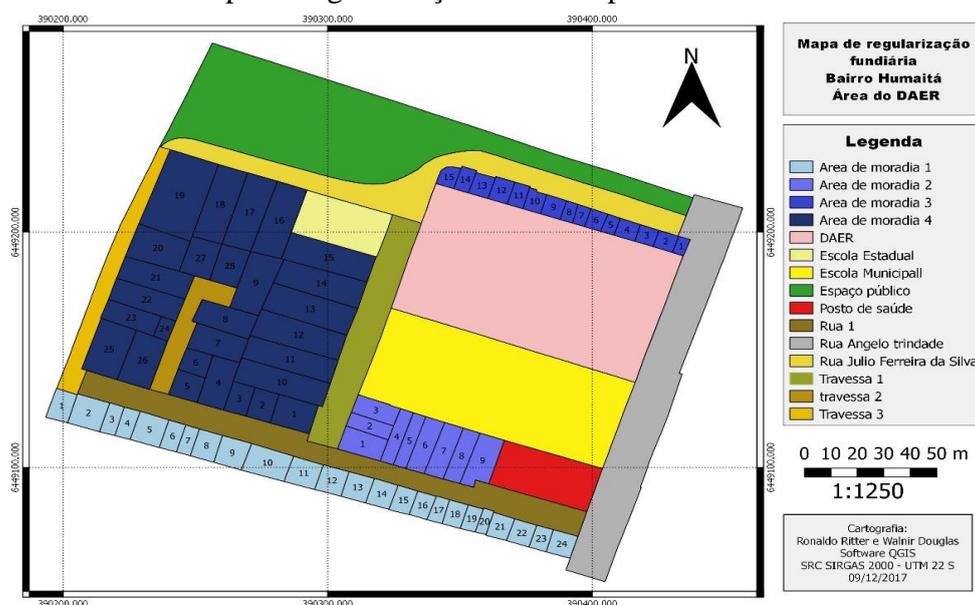
da década de 1990, como relata em depoimento uma antiga moradora do DAER. Quanto ao estabelecimento de ocupantes sem ligação com funcionários do DAER, foi verificado através de um software que apresenta imagens aéreas históricas, o início das ocupações entre os anos de 2009 e 2014, com um número expressivo a partir do ano de 2012.

### 4.3 Aspecto sobre a distribuição atual das residências através de estudos topográficos.

Houve em 2018 por parte de profissionais<sup>2</sup> da área da Geografia da FURG, todo um trabalho técnico de mapeamento e levantamento planimétrico da área onde localizam se os coletivos de ocupação presentes no entorno do DAER. Os resultados deste processo serão aqui compartilhados, para conhecimento e ciência sobre quais são atualmente os aspectos da distribuição atual das residências. Ressaltamos ainda que o trabalho foi realizado com a proposta de regulador fundiário para as residências nele incluídas.

A seguir temos a planta elaborada pelos trabalhos cartográficos de Ronaldo Ritter e Walnir Douglas. Na imagem vemos através da diferenciação de cores, as diferentes escalas das áreas de as compõem.

**FIGURA 10:** Mapa de regularização fundiária para a área no entorno da Vila Daer



Fonte: Secretaria de habitação e regularização fundiária.

<sup>2</sup> Éder Bayer Maier, Ronaldo Ritter e Walnir Marques em trabalho solicitado pela SMHRF.

De acordo com este trabalho verificou se um número total de 74 lotes residenciais, entre o total das nove quadras lindeiras com ruas ou travessas, compondo o local, que foram verificadas em trabalho de campo. A ocupação da área de moradia dois, no mapa verifica se em um processo de reintegração de posse. No item 2.6 esta relação será mais bem esclarecida.

Há além desta elaboração outra representação cartográfica que inclui as medições exatas dos loteamentos e ruas. Assim percebemos através deste segundo documento, anexado a seguir, que, os terrenos de ocupação possuem no mínimo 32,7 metros quadrados e no máximo 683,557 metros quadrados de área. Uma variação expressiva. Percebe se que as casas em terrenos maiores correspondem em grande parte aos funcionários aposentados da antiga autarquia, a exemplo o maior terreno (quase 700 metros quadrados) refere se a primeira casa estabelecida no recorte de pesquisa, construída com finalidade de moradia de um encarregado da empresa na década de 1980.

#### **4.4 As ocupações e sua relação com o polo naval; contexto de ascensão e crise econômica na cidade**

Durante a realização da entrevista, verificamos a necessidade de adicionar novas perguntas a estrutura de entrevista previamente formulada, especificamente questionando a população sobre uma possível relação de trabalho no porto do Rio Grande. Destas respostas, constaram relatos ora de vínculo empregatício ora de desemprego, assim, pensou-se relevância de mencionar aqui, sobre a relação entre o estabelecimento das ocupações e ascensão e crise econômica no município.

De acordo com relatos de uma antiga moradora a maioria das ocupações, ocorre a partir do primeiro semestre de 2012. É possível compreender as influências principais deste acontecimento, observando paralelamente o contexto da indústria naval riograndina nos anos que seguiram se a este. A chegada de um número expressivo de pessoas de outras cidades com finalidade de incorporar-se ao mercado de trabalho industrial em Rio Grande promoveu, sem dúvida, a elevação do custo residencial, que consolidou se através de estratégias dos promotores imobiliários em suas atividades especulativas.

De acordo com pesquisas elaboradas por professores e acadêmicos do ICEAC da FURG, publicadas pela Fundação Estadual de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul

FEEERS, somente entre 2006, ano que marca o início das atividades industriais no polo naval de Rio Grande e o ano de 2013, houve um aumento de 500% no valor atribuído a moradia em Rio Grande. Em contraste, estudos demonstraram que esta média não chegou a passar de 70% entre 2001 e 2006.

Este cenário impõe considerar quão forte estava a pressão no que tange à habitação, sob aqueles que ainda não se beneficiavam da estabilidade da casa própria. Ou seja, grande maioria da população riograndina sofreu agudamente os impactos desta expansão industrial econômica. Como foi o caso das famílias reassentadas para os residenciais BGV I e BGV II em 2015 em função, da construção de uma estrada de ligação entre a Avenida Portuária e a Avenida Dom Pedro. A falta de estrutura para abarcar a grandiosidade dos empreendimentos e operações imobiliárias, tornou o espaço urbano riograndino, um campo de lutas pela maior margem de lucro imobiliário possível.

Há um senso relativamente comum que admite que o crescimento econômico tenha sempre como resultado acontecimentos sociais totalmente positivos, no entanto, este aumento absurdo de 500% na escala do valor das residências em Rio Grande nos atenta justamente para uma ideia contrária.

A história tem mostrado que a participação nos lucros do sistema capitalista decresce à medida de quanto mais baixa é a vulnerabilidade social do indivíduo e amplifica se a medida de quão mais imponente for sua riqueza.

**FIGURA 11:** Protesto de operários em frente ao Polo Naval de Rio Grande - RS



Fonte: Galeria de fotos da federação dos metalúrgicos. Registrado em 2012. Disponível em: <http://www.ftmrs.org.br/galeria-foto-56-protesto-do->

A figura acima trata se de uma manifestação promovida em seis de dezembro de 2012, por parte de funcionários de pelo menos dez empresas contratantes do polo naval do Rio Grande. O protesto teve objetivo de reivindicar o pagamento do direito trabalhista de insalubridade além de que os pagamentos mensais salariais, passassem a ser depositados em dia.

Além desta suba no valor geral do mercado de moradias, de acordo com REIS & MARTINS<sup>3</sup> houve a partir de uma decisão de racionamento para a meta de produção petrolífera até o ano de 2020, a diminuição gradativa nas atividades industriais. Em consequência, há também diminuição no setor de contratação de mão de obra para empreendimentos da indústria. Segundo seus apontamentos as contratações do polo naval do Rio Grande declinaram a partir de seu número máximo de 19.954 no ano de 2013, para 9.762 em 2014. Uma queda expressiva de quase 50% na taxa de empregabilidade do setor. Através de informações amplamente divulgadas pela mídia no ano de 2013, com a saída da plataforma P-58 em direção ao Espírito Santo, mais de mil trabalhadores foram desligados da empresa QGI construções Off Shore. Havia ainda a esperança de construção de mais duas outras plataformas, no entanto, muitos destes empregos não foram recuperados pelos trabalhadores. O setor que havia atingido a marca de 24 mil trabalhadores empregados, decaiu a marca de apenas três mil vinculados em 2017.

**FIGURA 12:** Desempregados do polo naval reivindicam vagas de trabalho



Fonte: Redação via Web do Jornal O Petróleo. Disponível em:

<https://www.opetroleo.com.br/desempregados-do-polo-naval-reivindicam-vagas-de-trabalho/>

<sup>3</sup> RAMOS, B. R. ; MARTINS, S. F. . Polo Naval e produção habitacional em Rio Grande, RS - Brasil. BOLETIM DE GEOGRAFIA (ONLINE) , v. 35, p. 56-73, 2017

Empreendimentos atingidos pela crise, restringiram a abertura de vagas de trabalho, pressionando ainda mais os grupos sociais neste momento frágil. Desapossados de recursos para alugar ou comprar uma casa, alguns grupos, também pelo motivo de desemprego, passaram a reclamar o direito à moradia através do ato da ocupação; única possibilidade visível de muitas famílias diante daquele momento de declínio econômico.

Entre as 16 famílias entrevistadas, quatro delas afirmam ter perdido a vaga de emprego na indústria naval do Rio Grande, entre 2013 e 2014. Outras ainda relataram não ter conseguido vínculo com o mercado de trabalho pela falta de especialização. Iremos conferir em detalhes estas e de outras informações na descrição das entrevistas a serem abordadas no capítulo quatro.

#### **4.5 O movimento de ocupação e sua infraestrutura habitacional através de fotografias: gênese e tempo atual**

A fim de contextualizar as paisagens como o ambiente inicialmente vivenciado pelos integrantes do movimento de ocupação da Vila Daer, houve o uso de fotografias extraídas de arquivo pessoal, para auxiliar com maior detalhe a compreensão de fragmentos importantes da realidade enfrentada pelos ocupantes da área, a partir do nascimento de um novo local de pertencimento, cuidado e zelo. Alguns registros são explícitos ao denunciar que a única opção visível para a habitação se denota justo em um local que em nada é convidativo a ideia de abrigo e segurança. Para possibilitar maior reconhecimento geral do local o número atribuído a cada rua seguira a representação do código postal, ao invés da numeração recentemente elaborada pelo levantamento topográfico, e desta nova formulação se manterá apenas a designação para as áreas de moradia.

**FIGURA 13:** Situação da rua Dois em período chuvoso



Fonte: Arquivo pessoal. Registrada em 16/11/2014.

**FIGURA 14:** Rua Dois em período de drenagem da água da chuva. Atoleiros barrocos



Fonte: Arquivo pessoal. Registrada em 7/11/2014.

Na figura 14 podemos observar a dificuldade de acessar as residências pelos moradores da rua dois no final do ano de 2014, situação que se repetia também no seguimento de seu trecho mais a oeste. Poucos eram os veículos que conseguiam passar pelo local, sem ter problemas de atolamento. Alguns materiais rígidos eram deixados no local como marcas da tentativa de desprender os veículos do atoleiro.

**FIGURA 15:** Aterros e cascalhos comprados pela população para mitigar o problema



Fonte: Arquivo pessoal. Registrada em 12/12/2014.

Esta situação foi paliativamente resolvida com a compra coletiva de aterro e cascalhos pelos moradores, como vemos na figura 15, no entanto, se acredita que pela difícil drenagem do local estes recursos foram insuficientes para solucionar por completo o problema dos atolamentos, que se manteve até o final do ano de 2015.

**FIGURA 16:** Melhoria da rua através da compra coletiva de terra



Fonte: Arquivo pessoal. Registrada em 24/11/2015.

As fotografias aqui evidenciadas se referem até o presente momento a Rua Dois, ao haver um acompanhamento maior sobre a evolução desta rua do que de outras, pela proximidade e vivência da área.

Ainda assim, é importante ressaltar que no que tange as outras ruas em ocupação, os moradores também autogeriam coletivamente para resolver a questão da inacessibilidade da via. Este fato foi amplamente testemunhado através da observação das ações coletivas, como também, pela proximidade de vivência com as famílias dos arredores que permite afirmar as posturas de proatividade pela grande maioria deles. Aqueles que não tinham condições de colaborar no momento da interação para a compra do aterro, prontificavam-se a ajudar no escoamento da água, em carregar e aplanar o aterro que chegava, além de outros.

**FIGURA 17:** Morador espalhando aterro, rua Dois



Fonte: Arquivo pessoal. Registrado em 10/12/2014.

A presença das famílias e das crianças tomavam por inteiro a rua e o espaço simbólico a partir dela criado, anexando este novo elemento cultural como uma extensão do próprio leito de sua moradia, no sentido do cuidado e pertencimento.

**FIGURA 18:** Crianças da ocupação na principal área de lazer, a praça em frente a escola Mario Quintana



Fonte: arquivo pessoal. Registrada em 8/9/2017.

Grandes tonéis de diesel que antes encontravam se aos fundos da delimitação dos terrenos de ocupação na rua dois, (Figura16) foram realocados aos fundos da ocupação dada na rua Júlio Ferreira da Silva por volta de novembro de 2014.

Em toda extensão dos terrenos concedidos ao DAER não havia materiais ou veículos para uso regular da capatazia, somente estes aparelhos em estado de sucateamento e uma vegetação alta que cobria estes grandes toneis de ferro.

**FIGURA 19:** Tonéis de diesel enferrujados ao sul do terreno



Fonte: Arquivo pessoal. Registrados em 8/04/2014

**FIGURA 20:** Paisagem dos fundos das residências da rua Dois



Fonte: Arquivo pessoal. Registrados em 23/04/2014

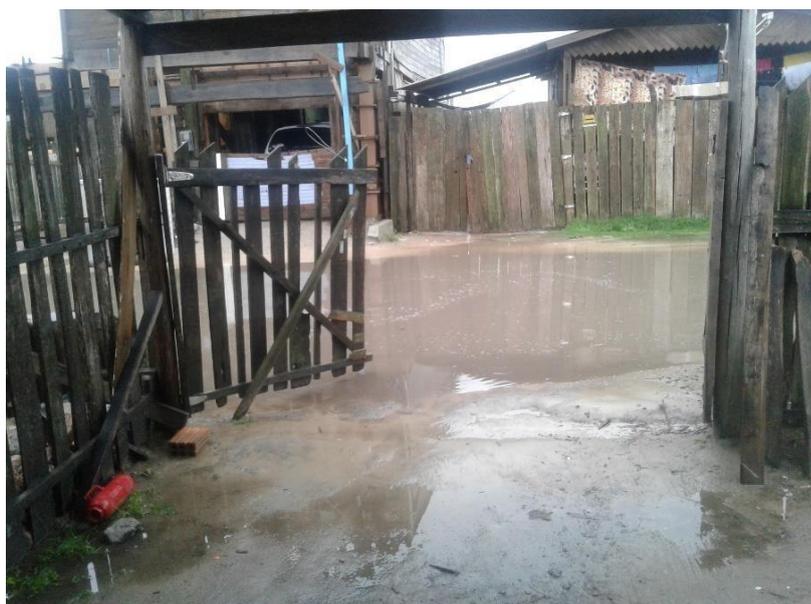
**FIGURA 21:** Residências de ocupação da rua Dois, (área de moradia 1):  
aproximação de temporal



Fonte: Arquivo pessoal. Registrada em 2/2/2014.

Sem dúvida a passagem de eventos meteorológicos, sobretudo os extremos, afetava criticamente a segurança da população. As casas inicialmente erguidas, possuíam geralmente um cômodo improvisado e mostravam-se vulneráveis às intempéries da natureza.

**FIGURA 22:** Forte chuva sobre as construções de madeira: área de moradia 1 e 2



Fonte: Arquivo pessoal. Registrada em 19/09/2017.

Através de seguidas solicitações através de idas ao setor administrativo da empresa e de telefonemas, houve a ligação de luz para a maioria das casas da ocupação, entre os meses de janeiro e abril de 2015. Dados apurados com colaboração de um funcionário vinculado a empresa de abastecimento de energia elétrica CEEE.

**FIGURA 23:** Ligação da luz para as famílias da área de moradia 2



Fonte: Arquivo pessoal. Registrada em 23/3/2015.

Considerando o período mais expressivo das instalações que foi o início do ano de 2014, passaram-se quase seis anos. Todo este período demarca o que podemos considerar um verdadeiro renascimento social para essas tantas famílias, que no local chegaram, portando não mais que alguns materiais de construções e muitos sonhos.

Houve por parte da Prefeitura Municipal, principalmente, a partir do ano de 2017 quando percebe-se mais nitidamente a sua presença, o aporte de alguns recursos indispensáveis para a área, tais como reestruturação e revitalização da praça em frente a E.E.E.F Mario Quintana, a colocação de tubos de concreto ao longo da rua Dois para tratamento de água e esgoto, que até hoje aguarda a efetivação do processo, também houve envio de caminhão de

aterro para beneficiar o acesso da via e serviços de limpeza das valetas de escoamento da água, e nivelamento da rua.

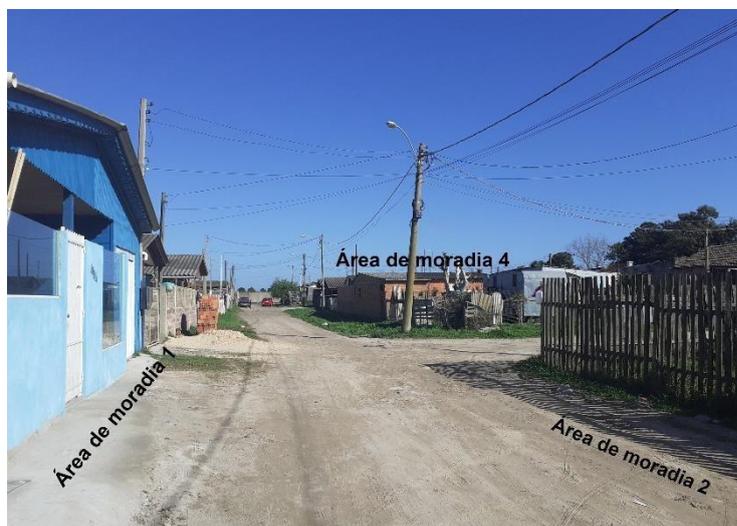
**FIGURA 24:** Serviço de nivelamento feito na rua Dois pela SMSU



Fonte: Arquivo pessoal. Registrado em 24/05/2016.

Através da organização e esforços coletivos, atualmente a área já é atendida com serviços de correios, rede de internet e de telefonia.

**FIGURA 25:** Situação atual da rua Dois



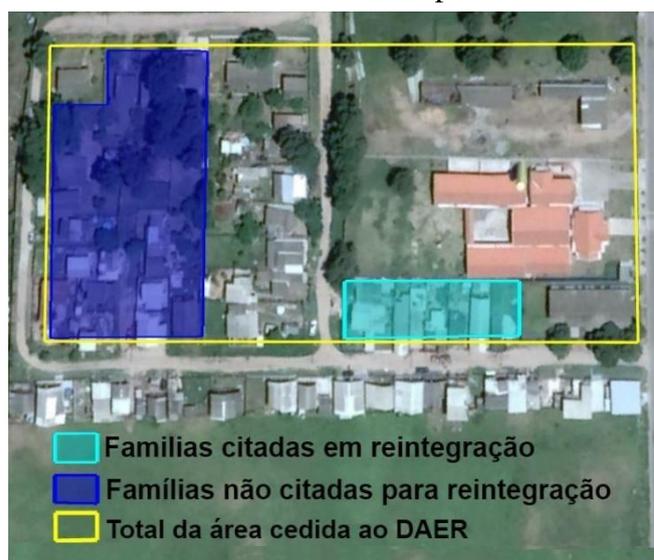
Fonte: Arquivo pessoal. Registrada em 18/09/2019

## 5. REINTEGRAÇÃO DE POSSE E SITUAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL.

Como foi anteriormente citado, a área apurada em trabalho de levantamento topográfico como “área de moradia dois”, vem sendo citada judicialmente em um processo de reintegração de posse, pela autarquia do Daer. Foi lançada uma liminar no início do ano de 2013 para que a área fosse desocupada, inclusive com a possibilidade de força policial, tendo o Ministério Público se manifestado contrário a solicitação, no que consta a redação de sua resolução<sup>4</sup> em 24 de outubro de 2013: “*Assevera se tratar de (mais de seis) famílias vulneráveis, invocando o direito à moradia e, por conseguinte, o princípio da dignidade da pessoa humana.*” Em conclusão, o pedido de liminar para desocupação da área, foi recusado pelo poder judiciário. A partir disso outros moradores que foram posteriormente citados no processo buscaram a defensoria pública de Rio Grande, a fim de que esta se posicionasse frente ao processo, enquanto oito famílias organizadas e requerentes para permanência no espaço com a finalidade habitacional, tendo se em vista, que o processo judicial teve seguimento.

Questiona-se o porquê determinadas moradias de ocupação foram resguardadas do processo de reintegração de posse, sendo este, direcionado somente as famílias presentes na área de moradia dois. Ressaltamos essa realidade através da figura 26.

**FIGURA 26:** Áreas citadas e não citadas no processo de reintegração de posse



Fonte: Google Earth. Adaptado pela autora.

<sup>4</sup> Relator: Desembargador Voltaire de Lima Moraes. Local dos autos: órgão julgador da 19ª Câmara cível. Porto Alegre, 21 de outubro de 2013. Estado do Rio Grande do Sul. Poder Judiciário. Disponível online através do número Themis: 023/1.13.0008639-9, dados em 2º grau, nº Themis, na guia decisões e despachos.

O processo continua até hoje em julgamento, buscou-se junto ao fórum do Rio Grande uma visão detalhada sobre como este se encontra atualmente, porém em função do documento físico não estar durante todo desenvolvimento desta pesquisa, disponível no setor da vara cível do poder judiciário, e também em função da greve dos escreventes, não foi possível acessá-lo. Em decorrência disto, não foi possível relatar integralmente uma leitura que possibilitasse observar panoramicamente a situação judicial. O acompanhamento através do recurso online, oferece apenas uma versão muito resumida dos processos e movimentações, não tendo por este motivo sido aqui utilizado. Apenas houve acesso a liminar inicial e ao processo de agravo de instrumento, a partir da defensoria pública defendendo os interesses dos ocupantes, em fase inicial do processo. Tem se conhecimento somente de modo muito resumido, de que continuam a citar-se as partes interessadas, não tendo ainda sido determinada pelo juiz uma sentença conclusiva.

### **5.1 Possibilidades de regularização fundiária**

Segundo estudos feitos pelo gabinete da vereadora Andrea Gouvêia Vieira, “as AEIS são o resultado de uma política pública elaborada para instrumentalizar a gestão de áreas onde identifica-se a existência de ocupações, favelas ou áreas sociais degradadas. As AEIS enquanto ferramenta municipal possui arbítrio em gerir a regularização de lotes, com dimensões diferentes daquelas permitidas legislativamente, contribuindo para que estas edificações até então informais, passem a vincular-se a produção do espaço urbano de modo formal”.

De acordo com o Plano Diretor da Cidade do Rio Grande de 2008, e ainda de acordo com suas últimas revisões, a área de ocupação da Vila DAER, não caracterizava-se ainda como uma Área Especial de Interesse Social – AEIS; fato que pode ser alterado em sua próxima publicação.

Um total de 67% dos imóveis edificados no município do Rio Grande estão em situação de irregularidade fundiária. Assim consideramos que a produção do espaço urbano escapa a competência de planejamento, através dos instrumentos técnicos e jurídicos disponíveis. Deste modo é perceptível que de acordo com o mesmo arcabouço legislativo que negligência a existência de imóveis ociosos no município e por horas até mesmo as próprias ocupações com intuito escuso de possibilitar a especulação, é que tantas famílias em ocupação seguem a viver na ilegalidade, cercadas de incertezas quanto ao futuro, tomadas pelo constante medo de serem removidas, fato este constatado na oportunidade de entrevista.

Quando interrogado sobre a possibilidade de regularização fundiária para a área de ocupação da Vila DAER, o secretário adjunto de Habitação e Regularização Fundiária municipal de Rio Grande, afirmou ser favorável a permanência da população ocupante sobre a área, resguardando a dignidade da pessoa humana frente a necessidade por habitação. Destacou ainda, que até o final deste ano, a secretária irá dar seguimento as áreas que já estão em andamento quanto a processos de regularização fundiária, e que a partir do início do ano de 2020, haverá a regularização de outras novas áreas ainda a serem definidas. O secretário aponta que as mencionadas ocupações no entorno da Vila Daer, nosso então objeto de estudo, integrará umas das prioridades na regularização do ano de 2020, ao considerar que já tenha sido feita toda a parte técnica de levantamento topográfico, e que o caminho para a efetivação da legalidade nestas ocupações, já tenha ganho sua parte introdutória. Destaca que, inicialmente serão articulados os instrumentos burocráticos e verificado o status do processo litigiosos sobre o local, logo então, a secretaria pretende dar começo ao processo definitivo de chamamento popular para a regularização fundiária desta localidade de ocupações.

## **5.2 Função social antes e depois das ocupações**

De acordo com a lei de nº 6585 de 20 de agosto de 2008 fica esclarecido em seu parágrafo II que a política de desenvolvimento municipal deve estar pautada, além de outros, sobre a função social da propriedade. É necessário ressaltar, que o terreno em posse da autarquia DAER e cedido pela prefeitura não encontrava-se em funcionamento. Desde o ano de 1998, segundo relato de um antigo funcionário, as atividades que antes encontravam se em pleno desenvolvimento, começaram paulatinamente a cessar.

Quando no ato das ocupações sobre o local a população deparou-se com um vasto campo, onde havia sobre ele alguns toneis enferrujados de diesel e grandes e pesadas estruturas metálicas e outros materiais em avançado estado de sucateamento. Encontraram também a uma distância de 60 metros dos fundos de suas posses, um prédio todo em cimento que centralizada todas as atividades da empresa, nos tempos pretéritos de seu funcionamento.

De acordo com a lei nº 6588 que estabelece o regime urbanístico do município e as bases para zoneamento de uso e ocupação do solo, a localidade de ocupação não está caracterizada como área de prioridade para contenção a ocupação do uso do solo, no sentido de nela não existir qualquer impedimento ambiental para exercício de sua função social como

moradia. Também a totalidade dos núcleos familiares não expressam evidências de um crescimento populacional elevado que venha a comprometer a infraestrutura sobre equipamentos público e privados, como impõe o art. 6º deste documento.

Através de pesquisas, verificou-se que não raro, terrenos que a prefeitura cedeu ao DAER, entre as décadas de 1960 e 1970 para o estabelecimento de suas capatazias, progressivamente foram tomados por uma situação de ociosidade. Diante a precariedade de desenvolvimento da autarquia no Estado são muitos os casos anunciados sobre reincorporações destes terrenos, por parte das prefeituras gaúchas, que medem geralmente entre 9 e 12 mil metros quadrados. Como veremos, todas as situações a seguir mencionadas correspondem justamente a esta situação evidenciada no tempo presente de inatividade das antigas capatazias. Estes terrenos, passaram através do poder municipal, a abarcar novas atribuições que lhe adicionasse cumprir socialmente com a sua função social.

Em fevereiro de 2017 a Prefeitura Municipal de Ajuricaba – RS obteve resultado positivo quanto ao seu pedido para reincorporação de um terreno de onze mil metros quadrados, em desuso. O prefeito inicialmente objetivava leiloar o terreno, para angariar maior renda ao município<sup>5</sup>.

Em março de 2013, a Prefeitura de Candelária, através de seus representantes da secretaria de indústria, comércio e habitação em diálogo com o então Diretor de Administração e Finanças, consegue restituir uma porção de terras em ociosidade.<sup>6</sup> A intenção da prefeitura é acomodar neste local, empresas que gerem renda positiva para a economia do município, vista a excelente alocação do terreno. Consta em nota publicada pela prefeitura, que “Girardi foi extremamente receptivo à ideia, e deu encaminhamento ao pedido protocolado.”

Em maio de 2014, a Prefeitura de Sananduva restituiu um terreno para que nele fosse instalada nova sede da UERGS, fato que viabilizou a ampliação de cursos da universidade.<sup>7</sup> Já em 2013, a prefeitura municipal de Sertão – RS reincorpora nove mil metros quadrados, afirmou

---

<sup>5</sup> Reversão de terras para prefeitura de Ajuricaba. Disponível em: [https://www.ajuricaba.rs.gov.br/noticias/municipio\\_consegue\\_reversao\\_da\\_area\\_do\\_daer\\_na\\_linha\\_23](https://www.ajuricaba.rs.gov.br/noticias/municipio_consegue_reversao_da_area_do_daer_na_linha_23) Acesso em 28 de setembro de 2019

<sup>6</sup> Reversão de terras para prefeitura de Candelária. Disponível em: <http://www.candelaria.rs.gov.br/?area=noticias&id=1004> Acesso em 28 de setembro de 2019.

<sup>7</sup> Reversão de terras para Prefeitura de Sananduva. Disponível em: [http://www.sananduva.rs.gov.br/pg.php?area=NOTICIASVER&id\\_noticia=3873](http://www.sananduva.rs.gov.br/pg.php?area=NOTICIASVER&id_noticia=3873) Acesso em 28 de setembro de 2019

o prefeito, que “no local onde estava a antiga Capatazia do DAER vamos construir a nova Escola Municipal João Antônio Decol”.<sup>8</sup>

Já a Prefeitura Municipal de Pontão – RS, em agosto de 2010, aprovou a lei municipal de nº 720, que remeteu terrenos inativos de antiga capatazia, medindo dez mil metros quadrados, em favor da população que ali estava em situação de ocupação, para moradia; ato que cumpre a premissa constitucional de função social da terra.<sup>9</sup>

Percebemos como a partir de diversas posturas que centralizam a finalidade do poder municipal foi possível substituir um estado anterior de ociosidade da terra, em um estado ativo para o espaço, em que nele pesem essencialmente, empreendimentos de interesse públicos-coletivos.

Diferentemente das notícias supracitadas de reincorporação das terras ociosas pela prefeitura, no presente terreno do município do Rio Grande, já existe em desenvolvimento sob os terrenos ociosos de sua respectiva capatazia, atividades de interesse público/coletivos, como verificamos nesta pesquisa, através do movimento popular requerente por moradia aí instalado.

Portanto, é necessário reconhecer que a necessidade por habitação transcende quaisquer outros empreendimentos, ainda que subjetivamente de cunho coletivo/público, que se cogitem instalar na área. Por exemplo a instalação de um local de lazer que venha a gerar bem estar para essa população ou mesmo a esperança de beneficiar-se direta ou indiretamente da instalação de um grande empreendimento comercial são secundários diante da necessidade de descansar sobre o abrigo das paredes de uma casa que lhe venha a ser própria.

Frente a instalação organizada dessa grande quantidade de famílias requerentes por moradia, deve se valer como prioridade a urgente necessidade de habitar. É convidativo ao poder municipal que constate através de uma observação sensata da população aí assentada, o que expressam estas famílias, quanto a sua forte necessidade de manter-se no local, de ocupar um espaço, a necessidade de residir e construir as bases para uma vida mais digna, mediante a regularização fundiária que lhes livrará do medo constante de serem despejadas.

---

<sup>8</sup> Reversão de terras para Prefeitura de Sertão. Disponível em: <http://www.sertao.rs.gov.br/noticia/13/25-04-2013/investimentos-no-1-semester-devem-superar-r-1-milhao> Acesso em 28 de setembro de 2019.

<sup>9</sup> Reversão de terras para suprimento de moradia em Pontão. Disponível em: <http://transparencia.pontao.rs.gov.br/atos/leis/9-ordinarias/712-lei-720-26-08-2010> Acesso em 28 de setembro de 2019.

Assim conclui-se que a função social a moradia, o direito a terra e a cidade, constitucionalmente previstos, requerem atenção especial, isto é questão de urgência crítica, não apenas nestas ocupações ao entorno da Vila Daer, como em tantas outras que ainda estão por serem vistas e ouvidas pelo poder municipal em seu nível técnico e humano de gestão de planejamento. Somente assim as poucas políticas públicas já existentes, que ainda lançam algum efeito sobre o desordenamento da distribuição de espaço urbano, poderão servir como ajustamento, se queremos mesmo uma cidade possuída de maior responsabilidade social.

## **6. QUEM É A COMUNIDADE HABITANTE DESTA OCUPAÇÃO? UMA ANÁLISE SOBRE ASPECTOS SOCIO ECONÔMICOS DE SEUS INTEGRANTES**

Esta parte das atividades de pesquisa versa sobre os resultados dos questionários aplicados aos moradores, que abordou questões referentes as motivações para a ocupação do local; tempo de moradia; modo de construção das residências; crescimento ou diminuição do núcleo familiar; quantidade de crianças por residência; escolaridade dos responsáveis pela casa; desenvolvimento da situação financeira; possibilidades atuais de participação no mercado legal de moradia; requerimento para abandonar o local de residência; tipo de moradia antecedendo o momento da ocupação; melhoria das condições financeiras gerais; investimentos próprios para infraestrutura do local; e, qual conhecimento sobre novos empreendimentos para a área e avaliação dos ocupantes quanto a oferta de saúde da localidade assim como os níveis de violência.

### **6.1 Metodologia utilizada na entrevista:**

Contribuíram para este trabalho, 16 responsáveis por diferentes núcleos familiares. O que caracteriza um percentual de 21,5% de abrangência sobre o total de 74 núcleos familiares presentes no movimento de ocupação. As famílias foram alertadas de que não haveria exposição de sua identidade nos resultados, deste modo, não consta neste levantamento o nome dos participantes. O procedimento ocorreu de modo individual, sem a interação de duas ou mais famílias presentes, durante a aplicação de entrevistas que duraram em média de 20 a 30 minutos.

A escola dos núcleos deu-se mediante o aceite das famílias bem como ao tempo, disponível para a sua aplicação. As respostas dadas nas entrevistas foram registradas a mão em folha impressa contendo as questões, que seguiram um modelo semiaberto, com espaço para acréscimo de considerações pelos participantes.

## 6.2 Gráficos representativos sobre as questões obtidas:

A partir das questões propostas nas atividades de pesquisa foram formulados gráficos, para representar a distribuição das respostas obtidas. Eventuais narrativas, por parte da população, não previstas pela estrutura da pesquisa, serão também colocadas aqui em evidência. Serão considerados para fins de contabilidade nos gráficos o total de 16 famílias, que colaboraram para os resultados aqui obtidos.

**Gráfico 1: Questão um.**



Fonte: Porcentagens obtidas em questionário no trabalho de campo. Elaborado pela autora.

**Gráfico 2: Questão dois.**



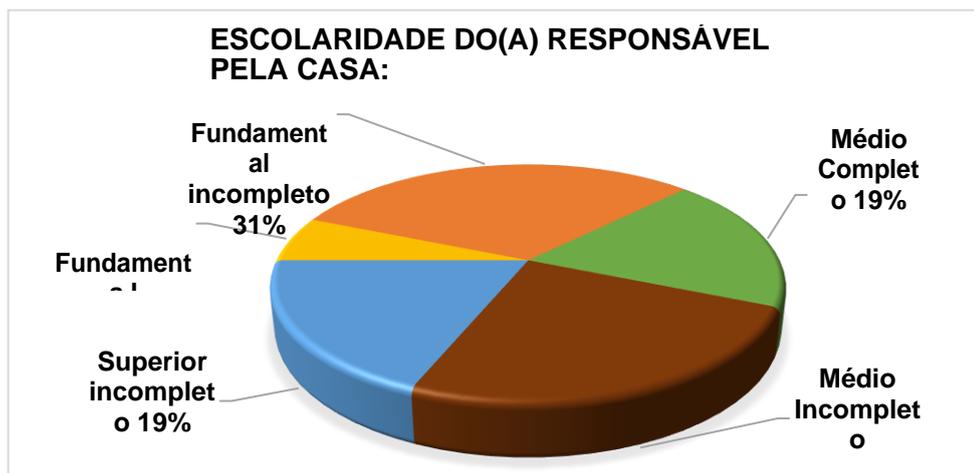
Fonte: Porcentagens obtidas em questionário no trabalho de campo. Elaborado pela autora.

**Gráfico 3: Questão três e quatro.**



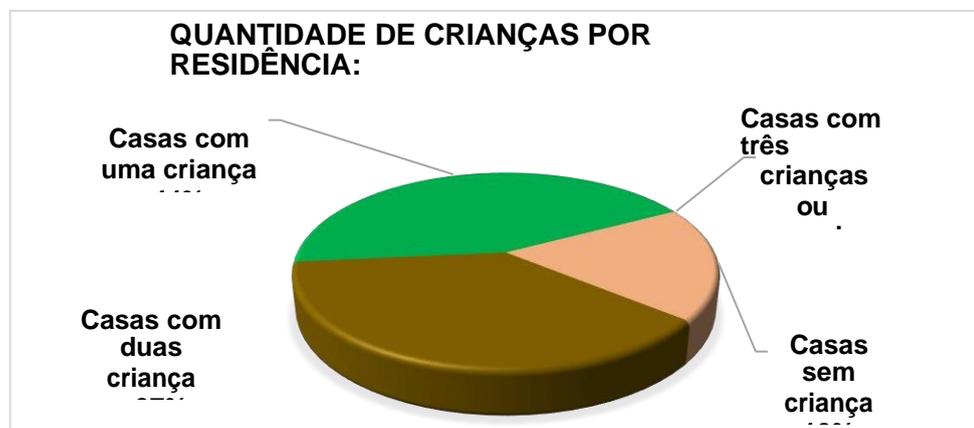
Fonte: Porcentagens obtidas em questionário no trabalho de campo. Elaborado pela autora.

**Gráfico 4: Questão cinco.**



Fonte: Porcentagens obtidas em questionário no trabalho de campo. Elaborado pela autora.

**Gráfico 5: Questão seis.**



Fonte: Porcentagens obtidas em questionário no trabalho de campo. Elaborado pela autora.

**Gráfico 6: Questão 7.**



Fonte: Porcentagens obtidas em questionário no trabalho de campo. Elaborado pela autora.

Destaca-se que no gráfico seis, a questão de número sete, foi feita de modo aberto. Como ponto em comum a partir das 16 respostas, foi possível inferir que em 100% dos casos, a maior motivação para ocupar o local era originária de uma forte dificuldade financeira. No entanto para maior detalhamento, registraram-se em respostas, também como motivações para o ato da ocupação: sair da situação de aluguel, sair da situação de moradia em casa de favor de parentes e amigos, dificuldade de manter renda através do trabalho informal, alto valor das casas para alugar, alto valor das casas pra comprar, proximidade com a casa de parentes, demissão do polo naval, prestações de aluguel acumulada.

**Gráfico 7: Questão oito.**



Fonte: Porcentagens obtidas em questionário no trabalho de campo. Elaborado pela autora.

Gráfico 8: Questão nove.



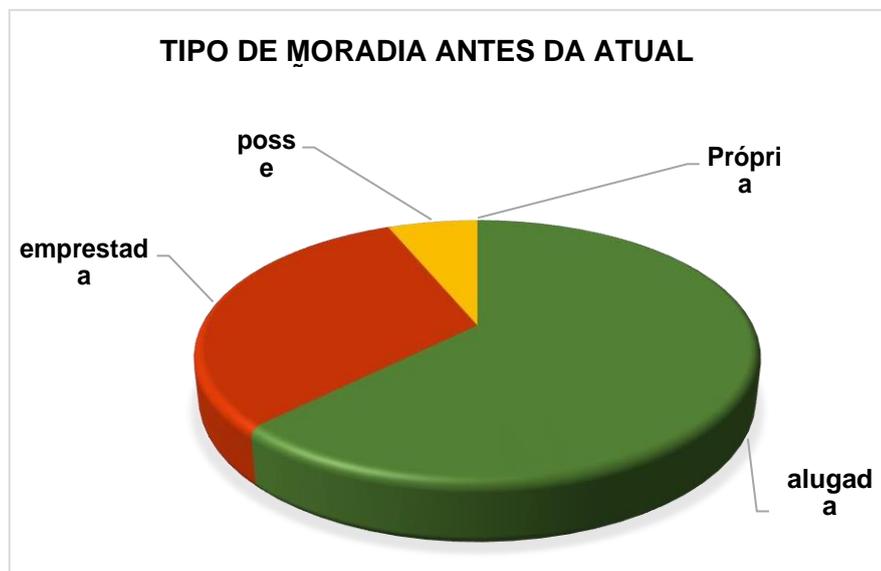
Fonte: Porcentagens obtidas em questionário no trabalho de campo. Elaborado pela autora.

Gráfico 9: Questão dez.



Fonte: Porcentagens obtidas em questionário no trabalho de campo. Elaborado pela autora.

Gráfico 10: Questão 11.



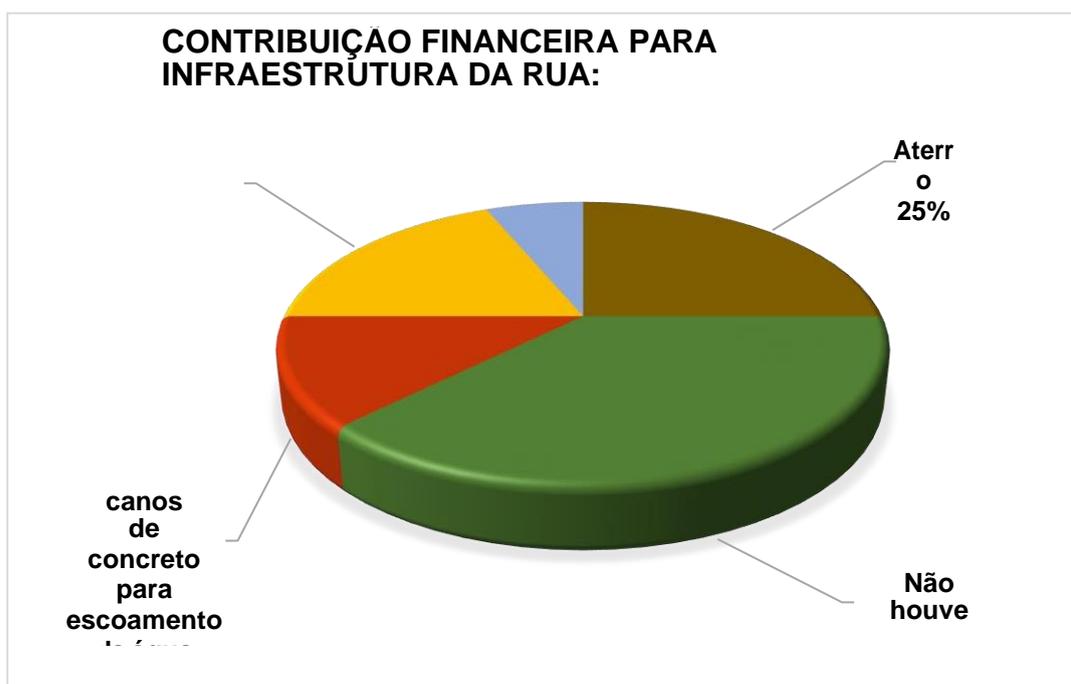
Fonte: Porcentagens obtidas em questionário no trabalho de campo. Elaborado pela autora.

**Gráfico 11: Questão 12.**



Fonte: Porcentagens obtidas em questionário no trabalho de campo. Elaborado pela autora.

**Gráfico 12: Questão 13**



Fonte: Porcentagens obtidas em questionário no trabalho de campo. Elaborado pela autora.

**Gráfico 13: Questão 14.**



Fonte: Porcentagens obtidas em questionário no trabalho de campo. Elaborado pela autora.

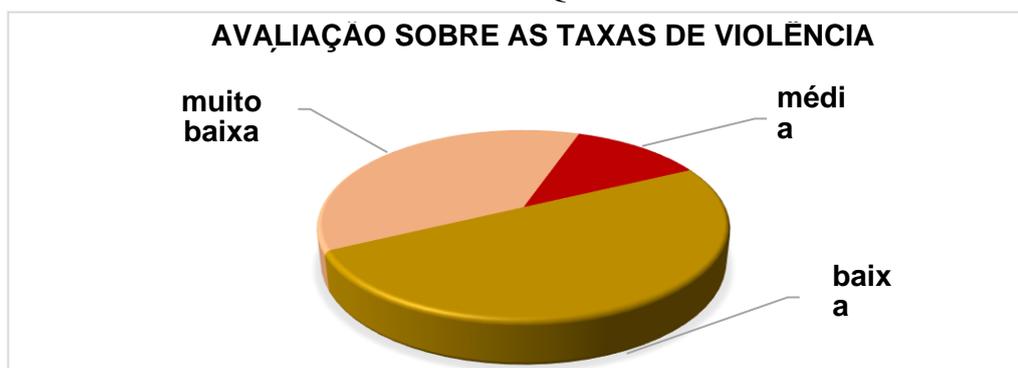
Neste gráfico 13, contendo os resultados obtidos para a questão 14 com os entrevistados, evidencia-se que dos 16 participantes, nenhum deles relatou ter conhecimento sobre futuros empreendimentos, sejam eles de caráter privado ou mesmo público, que venha a se instalar na proximidade do local, nisto resultou 100% de desconhecimento sobre tal questão.

**Gráfico 14: Questão 15.**



Fonte: Porcentagens obtidas em questionário no trabalho de campo. Elaborado pela autora.

**Gráfico 15: Questão 16.**



Fonte: Porcentagens obtidas em questionário no trabalho de campo. Elaborado pela autora.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contraposição nítida de forças na temática abordada em pesquisa expõe de um lado a terra incorporada como importante mercadoria do modo de produção capitalista, e de outro a imprescindibilidade da habitação, intrínseca desde os primórdios dos tempos à existência da vida. Com objetivo de projetar a discussão para além desta clara dicotomia, em que o conflito de interesses é disputado por forças desiguais (de um lado ascensão e de outro fragilidade) o presente trabalho buscou, entre outros, enaltecer a história poucas vezes contada de que é na luta e na organização popular que reside uma riqueza singular. Esta, muitas vezes, em muito diferenciada daquela contida na mera acumulação de capital, mas sim uma riqueza popular plena de legitimidade e que corresponde a força motriz para a obtenção de direitos sociais até então negados.

Constatando através de relatos e fotografias o progresso social vivido pelos moradores da área de ocupação no entorno do DAER, inclusive sobre a fração que encontra-se sobre processo judicial de reintegração de posse, vamos contra toda pré concepção pejorativa, que relacione a existência das ocupações como espaço de criminalidade. Ou visto como espaços reservados a uma população indolente, apática e vencida. Pelo contrário desnudamos a face de um povo que transcende suas dores e que transformam o luto em luta para suas (re)existências, frente a falta de planejamento social e a carência de políticas públicas eficientes.

Durante o desenvolvimento de pesquisa observou se mediante os fatos e a convivência no ambiente de ocupação a indispensabilidade da criação de estratégias para promover maior justiça urbana social, nisto, salienta-se uma breve resolução: um importante primeiro passo para este feito é retirar da escápula dos vulneráveis os discursos de que apenas afirmam a sua vocação para sofrer as injustiças de um mundo, em que as principais transformações da sociedade não estão ao alcance de sua decisão.

Deseja-se que a partir dos relatos, informações e discussões aqui expostas, possa esclarecer ao poder municipal quanto a legitimidade da urgência pela regularização fundiária da área de ocupação no entorno da Vila DAER.

Se pôde demonstrar através das entrevistas abrangendo 21% da população ocupante, que em 63% dos casos os núcleos familiares aí assentados chegaram ao local movidos em grande parte pela suba geral no valor das residências, desencadeada pela ascensão das

atividades navais do município ocorrida entre os anos de 2006 e 2013. Também verificou-se que em 100% dos casos, as famílias presentes no local, ali estão com a exclusiva finalidade de moradia, excluindo-se assim a hipótese de venda dos terrenos para obtenção de renda extra, quando na posse de casa própria em outra localidade.

As reflexões iniciais aqui expostas, ainda que urgentes de discussão mais aprofundada, são vitais para a construção de novas organizações espaciais mais equânimes; possíveis de representarem não apenas mais um sonho, mas uma cotidiana realidade para aqueles que ainda hoje vivem pressionados pela ameaça constante de perderem a construção de moradia, no espaço onde nutriu-se além de investimentos financeiros, um grande sentido de pertencimento.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Área Especial de Interesse Social – AEIS. Publicado em RJ. Disponível em: <https://sosmygreen.wordpress.com/2010/05/29/o-que-e-uma-area-de-especial-interesse-social-aeis-para-que-serve-quando-apareceu/> Acesso em: 13/10/2019.

RAMOS, B. R. ; MARTINS, S. F. . Polo Naval e produção habitacional em Rio Grande, RS - Brasil. BOLETIM DE GEOGRAFIA (ONLINE) , v. 35, p. 56-73, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/32752> Acesso em 9 de outubro de 2019.

Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/155571402/constituicao-federal-constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988> Acesso em 27/05/2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 9ª edição São Paulo: editora Ática, 2004.

Declaração dos direitos humanos de 1948. Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> Acesso em 18 e agosto de 2019.

Empregabilidade do Polo Naval entre 2013 e 2017. Brasil. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2017/03/metalurgicos-pedem-retomada-no-polo-naval-em-rio-grande.html> Acesso em 10 de outubro de 2019.

Google Earth

Histórico DAER. Disponível em: <https://www.daer.rs.gov.br/historico> Acesso em 1 de outubro de 2019.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Dados sobre o crescimento populacional brasileiro. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8> Acesso em 26 de agosto de 2019.

MARICATO, Ermínia. Conhecer para resolver a cidade ilegal. in: CASTRIOTA, L.B. (org.) Urbanização Brasileira: Redescobertas. Belo Horizonte: editora Arte, 2003. p. 78-96. Disponível em: [http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/maricato\\_conhecercidadeilegal.pdf](http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/maricato_conhecercidadeilegal.pdf) Acesso em 25 de maio de 2019.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. 7ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: editora Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia. Palestra sobre questão jurídica e reconhecimento da função social da propriedade. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net.br/erminia-maricato-faltam-juizes-que-reconhecem-funcao-social-da-propriedade/> Acesso em 20 de setembro de 2019.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades alternativas para a crise urbana. 3ª edição. Rio de Janeiro: editora Vozes, 2001.

MARTIN, M.C.S. Análise da dinâmica de produção de produção do espaço urbano nas áreas de assentamentos urbanos informais no município de Rio Grande – RS no período entre 2005-2018.

MARTINS, Fraga Solismar. Cidade do Rio Grande, industrialização e urbanidade (1873-1990). 2ª edição. Rio Grande: editora da FURG, 2016.

Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1992. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0591.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm) Acesso em 24 de agosto de 2019.

PNAD. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Dados população rural e urbana. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313populacao-rural-e-urbana.html> Acesso em: 26 de agosto de 2019.

Polo Naval, demissão de cinco mil funcionários em dezembro de 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2014/08/Polos-navais-no-Rio-Grande-do-Sul-preparam-retomada-4567959.html> Acesso em: 8 de outubro de 2019

Polo Naval, especulação imobiliária e demissões. Disponível em: <https://sustentabilidade.edemocracia.wordpress.com/2014/11/11/municipio-de-rio-grandes-debate-reforma-urbana/> Acesso em: 5 de outubro de 2019.

Protesto dos trabalhadores de dez empresas do polo Naval. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2012/12/protesto-em-frente-ao-polo-naval-de-rio-grande-afeta-transito-na-br-392.html> Acesso em: 5 de outubro de 2019.

Registro de Imóveis. Memorial do bairro Vila Maria José (1959).

Reversão de terras para prefeitura de Ajuricaba. Disponível em: [https://www.ajuricaba.rs.gov.br/noticias/municipio\\_consegue\\_reversao\\_da\\_area\\_do\\_daer\\_na\\_linha\\_23](https://www.ajuricaba.rs.gov.br/noticias/municipio_consegue_reversao_da_area_do_daer_na_linha_23) Acesso em 28 de setembro de 2019.

Reversão de terras para prefeitura de Candelária. Disponível em: <http://www.candelaria.rs.gov.br/?area=noticias&id=1004> Acesso em 28 de setembro de 2019.

Reversão de terras para suprimento de moradia em Pontão. Disponível em: <http://transparencia.pontao.rs.gov.br/atos/leis/9-ordinarias/712-lei-720-26-08-2010> Acesso em 28 de setembro de 2019.

Reversão de terras para Prefeitura de Sananduva. Disponível em: [http://www.sananduva.rs.gov.br/pg.php?area=NOTICIASVER&id\\_noticia=3873](http://www.sananduva.rs.gov.br/pg.php?area=NOTICIASVER&id_noticia=3873) Acesso em 28 de setembro de 2019.

Reversão de terras para Prefeitura de Sertão. Disponível em: <http://www.sertao.rs.gov.br/noticia/13/25-04-2013/investimentos-no-1-semester-devem-superar-r-1-milhao> Acesso em 28 de setembro de 2019.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A moradia nas cidades Brasileiras. 9ª edição. São Paulo: editora Contexto, 2001.

Secretária Municipal da Fazenda de Rio Grande. Diferenciação entre a propriedade de terrenos públicos e privados paralelos a Avenida Itália.

## 9. ANEXO 1: PÁGINAS 1 E 2 DO MODELO DE ENTREVISTA APLICADO AOS MORADORES DA OCUPAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - ICHI  
CURSO: GEOGRAFIA LICENCIATURA  
DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



Análise Socio Espacial sobre áreas de ocupação no entorno  
da Vila Daer localizadas no bairro Vila Maria José.

### Questionário:

- 1) Em que mês e ano, teve início a construção da moradia que o senhor/a habita nesse local?
- 2) A construção foi feita de que maneira:  
  
( ) auxílio de amigos e familiares ( ) profissionais pagos ( ) individualmente ( ) outros
- 3) O núcleo familiar no momento inicial neste local era constituído por quantas pessoas?
- 4) Atualmente este número de pessoas aumentou ou diminuiu? Quantas pessoas hoje habitam na casa?
- 5) Qual o grau de escolaridade dos responsáveis pelo sustento da casa?
- 6) Qual a idade das crianças do núcleo familiar?
- 7) Quais as principais motivações para o estabelecimento da construção de moradia nesta localidade?
- 8) Como estava a situação financeira dos responsáveis pelo núcleo familiar, levando em conta o mercado de trabalho na época em que iniciaram a construção da moradia? E atualmente?

9) Atualmente o núcleo familiar teria condições financeiras suficientes para comprar uma moradia própria, nas condições propostas pelo mercado imobiliário?

10) Em algum momento houve solicitação para que a casa fosse desabitada? Caso afirmativo, por parte de quem?

setor privado ( )      outros moradores ( )      outras ( )

11) Sua última moradia antes desta atual era:

( )própria ( )alugada ( )emprestada ( )posse ( )própria ( )outros

12) Você considera que, a partir do momento de estabelecimento da moradia até hoje, as condições familiares financeiras e de bem estar:

melhoraram( )      pioraram( )      permanecem as mesmas( )

13) Houve investimento próprio na infraestrutura pública da rua? Qual?

14) Qual seu conhecimento sobre investimentos municipais para a infraestrutura urbana desta área?

15) Como você avalia o atendimento municipal de saúde recebido pela unidade básica de saúde do bairro?

16) Atualmente você percebe a violência desta área como sendo:

muito baixa( )      baixa( )      média( )      alta( )      muito alta( )

17) Outras colocações (...)